

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019 .....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO .....	4
AMBIENTE REGULATÓRIO .....	5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES .....	9
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS .....	13
INVESTIMENTOS .....	25
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO .....	27
GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	27
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES .....	28
AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	28
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO .....	30
RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	31
BALANÇO SOCIAL .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS .....	40
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA .....	41
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	42
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	44
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	45
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	46
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	47
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	48
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	49
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	49
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	50
3. DAS CONCESSÕES .....	59
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	61
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	62
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	62
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	63
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	64
9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS - AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO .....	64
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	66
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	67
12. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS .....	68
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO .....	68
14. ATIVOS DE CONTRATO .....	70
15. INTANGÍVEL .....	71
16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	72
17. FORNECEDORES .....	74
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES .....	75
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	75
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	78
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	78
22. PROVISÕES .....	83
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	89
24. RECEITA .....	92
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	94
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	96
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	96
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	99
29. SEGUROS .....	107
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	107
31. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL .....	108
32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	108
33. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	108
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	110
PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	117
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES .....	118
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	119
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA .....	120
ORÇAMENTO DE CAPITAL .....	122

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Quando olhamos para o ano de 2019, é com satisfação que observamos os grandes progressos que fizemos nas diferentes dimensões. Apresentamos resultados crescentes em relação aos anos anteriores, sejam resultados financeiros, eficiência operacional ou o foco no atendimento aos nossos clientes.

Neste ambiente renovado da Empresa, fizemos a revisão do planejamento estratégico da Companhia, com a participação da alta Administração e do corpo gerencial, analisando as principais tendências globais no setor de energia e o posicionamento estratégico da Cemig D nesse ambiente, com os seus desafios e oportunidades.

Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas, destacamos o compromisso de investimento relevante em nosso *core business*, alavancagem financeira adequada e assegurar eficiência operacional, garantindo excelência no atendimento aos nossos clientes e aos requisitos regulatórios.

Para termos sucesso, o envolvimento, o comprometimento e o talento dos nossos empregados são fundamentais, sendo estabelecidas metas e indicadores específicos para que todos acompanhem o mapa estratégico e percebam a contribuição individual na execução da estratégia.

Em 2019, consolidamos um novo patamar de eficiência e rentabilidade, após um histórico de prejuízos em 2016 e 2017. Graças às ações de disciplina na gestão de custos, maior eficiência operacional e investimentos prudentes, homologados na última revisão tarifária, obtivemos um lucro de R\$1.644 milhão e LAJIDA de R\$2.200 milhões em 2019, um aumento de 207,29% e 43,42%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Entre as medidas de redução de custos, destaca-se a reestruturação organizacional ocorrida em 2019, com a redução de 25% dos cargos gerenciais e a implementação de Programa de Desligamento Voluntário, que teve a adesão de 407 empregados.

Entre as medidas que vêm sendo adotadas visando ao incremento de receita, destacam-se aquelas referentes à redução da inadimplência e das perdas não técnicas, através do aumento significativo do número de inspeções às unidades consumidoras, da renegociação de débitos em atraso e do aprimoramento no relacionamento com nossos clientes, sendo esperados benefícios e resultados significativos em 2020.

Importante mencionar que não nos esquecemos da qualidade de atendimento aos nossos clientes. Investimos cerca de R\$900 milhões em 2019, sendo que para 2020 estão previstos investimentos quase duas vezes superiores, de R\$1,7 bilhão. Esses investimentos expressivos representarão um crescimento na receita da Companhia, ganhos na satisfação dos clientes e redução das despesas com operação e manutenção dos ativos, o que garantirá a continuidade de uma prestação de serviço de qualidade e eficiência em nossa área de concessão à população de Minas Gerais.

Um evento marcante em 2019 para o resultado consolidado foi o trânsito em julgado, favorável à Cemig, da ação na qual questionávamos a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, representando créditos fiscais próximos a R\$6 bilhões. Desse montante, aproximadamente R\$2 bilhões são de propriedade da Cemig, que após os impostos, tiveram um efeito significativo em nosso lucro líquido, próximo a R\$1,2 bilhão, o que irá contribuir ainda mais para a redução acelerada dos nossos índices de endividamento. Ressalta-se que a Companhia conseguiu levantar, em fevereiro de 2020, R\$1,2 bilhão de depósitos judiciais registrados, contribuindo para a melhoria da liquidez da Companhia.

Os consumidores da Cemig D também foram beneficiados. As contas de energia já tiveram uma redução de 1% em média, a partir de junho de 2019, em função desse novo critério de mensuração das alíquotas do PIS/Pasep e Cofins, contribuindo de forma efetiva para a modicidade tarifária. Adicionalmente, com o recebimento dos créditos fiscais e a partir da definição de critérios de ressarcimento pela Aneel, iniciaremos o processo de devolução aos consumidores de parte dos créditos, em montantes próximos a R\$4 bilhões.

Somos reconhecidos como uma empresa sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade. Além disso, somos a empresa que mais investe em cultura no Estado. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual está presente desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

No que se refere ao ambiente externo, o cenário macroeconômico brasileiro, após um período de recessão e baixo crescimento, começa a apresentar sinais de recuperação, sendo aguardado crescimento para o País em 2020 em patamares superiores aos observados nos últimos anos, o que certamente terá impactos positivos em nossos resultados.

Concluindo, temos boas razões para estar otimistas com o futuro. Nesse cenário, a Administração da Cemig D, seu corpo gerencial e qualificado grupo de empregados estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e a sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e o atendimento das expectativas das demais partes interessadas.

Agradecemos o comprometimento e o talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

## A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país. Sua área de concessão abrange 567.478 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 96% do Estado de Minas Gerais, atendendo um mercado de aproximadamente 8,5 milhões de unidades consumidoras em 774 municípios.

É a maior empresa distribuidora da América Latina, com 539.807 km de redes de distribuição, sendo 109.054 km em área urbana, 413.312 km de redes rurais e 17.441 km de linhas de distribuição, com 8.514 milhões de consumidores faturados em 2019.

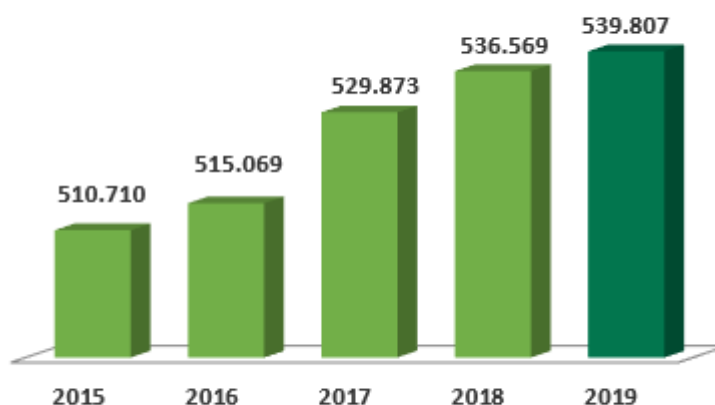
A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 666.601 mil de consumidores neste perfil, o que representa 9,57% do total de consumidores da classe residencial.

### Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

### Linhas e Redes de Distribuição (Km)



### Nossa missão, visão e valores

#### Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

#### Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig D nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

#### Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

### Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente no mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, há a revisão tarifária, no mesmo mês. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior.

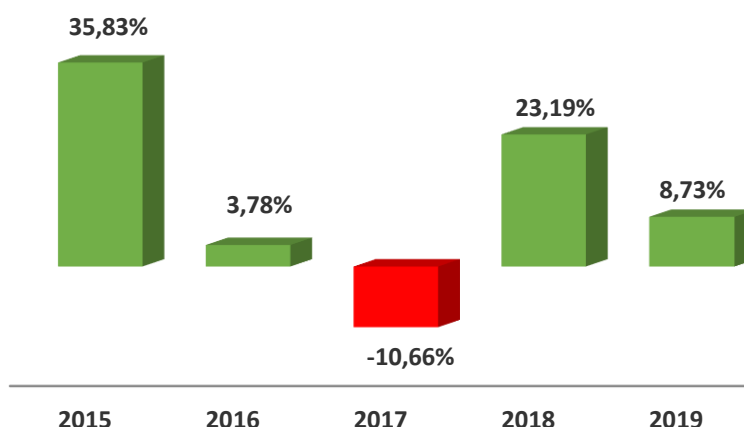
O aumento para o consumidor residencial foi de 7,07%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido foi de 10,71%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de 7,89%.

Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 21,95% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 78,05% são repassados para cobrir a compra da energia (28,68%), encargos setoriais (12,84%), custo de transmissão (5,69%) e receitas irrecuperáveis (0,43%), chamado de Parcela A, além dos tributos representados pelo ICMS (24,36%) e PIS/Pasep e Cofins (6,05%). Conforme determina a Constituição Federal, a Cemig D é obrigada a realizar a cobrança de tributos diretamente na conta do consumidor e repassá-los às autoridades competentes.

Também é cobrada a contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), cujos valores são definidos pelas prefeituras. A Cemig D apenas arrecada a taxa de iluminação pública e repassa para o município, que é o responsável pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig D, mais de 687 mil consumidores são rurais e cerca de 577 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

## Reajustes Tarifários



### Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 306 mil clientes em 2019, o que representa um aumento de 39,09% em relação ao ano de 2018 (220 mil clientes). Essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

Temos hoje 94,0% dos clientes de média tensão telemedidos, o equivalente a 12.540 instalações.

### Gestão da arrecadação e adimplência

A Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para inibir o aumento da inadimplência. Entre as medidas adotadas, estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS, carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e o corte no fornecimento de energia. Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia realizou mais de 1 milhão de interrupções de fornecimento (corte) nas diversas classes de consumo.

Em paralelo, foram ainda oferecidas aos seus clientes a oportunidade de regularização dos débitos, lançando uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação (“Você em dia com a Cemig”) e por meio da “Semana de conciliação no Tribunal de Justiça de Minas”.

Com relação às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, destaca-se a redução do valor de R\$271 milhões, registrados em 2018, para o valor de R\$199 milhões em 2019.

Para 2020, está prevista a implementação efetiva de novas ferramentas de cobrança, como:

- plataforma tecnológica de solução de conflitos extrajudiciais para negociação de débitos;
- protesto de títulos de dívida em cartório;
- contratação de empresa parceira especializada em cobrança de débitos complexos.

Dessa forma, com a intensificação da aplicação das ferramentas de cobrança de débitos, a Companhia está confiante na tendência de redução dos índices de inadimplência para os próximos anos.

### Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição - IPTD em 2019 foi de 13,57% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando um acréscimo de 0,75 pontos percentuais em relação ao resultado de 2018, de 12,82%. O IPTD de 2019 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 4,80% de perdas não técnicas. Esse resultado está acima da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D para o ciclo tarifário vigente (2018 a 2022), que em 2019 é de 11,49% e no final de 2022 será de 11,23%.

Destaca-se a melhoria obtida pela Companhia na cobertura regulatória de perdas técnicas, as quais correspondem às perdas relativas ao processo de transporte e transformação de energia ao longo dos equipamentos e linhas de transmissão e distribuição. A cobertura aumentou de 7,84% no 4º ciclo tarifário (2013 a maio de 2018) para 8,77% no 5º ciclo tarifário (2018 a 2023) o que representa um expressivo aumento na receita financeira, da ordem de R\$90 milhões anuais.

A redução nas perdas técnicas tem sido proporcionada a partir da implantação de diversas obras de reforço do sistema elétrico em alta, média e baixa tensão.

As perdas não técnicas correspondem à energia consumida e não faturada devido a fraudes, ligações clandestinas, deficiência em medição, erros de cadastro, dentre outros, e são normalmente expressas em relação ao mercado faturado de baixa tensão (base adotada pela Aneel). O resultado em 2019 para as perdas não técnicas foi de 12,48% (acréscimo de 0,83 p.p. em relação ao resultado de 2018, de 11,65%), considerando uma meta regulatória de 7,04%.

Buscando a estabilização e redução dos níveis de perdas não técnicas, a Companhia intensificou a realização de ações de combate nos últimos anos. Em 2019, foram promovidas pela Companhia diversas ações, destacando-se a realização de 306 mil inspeções em unidades consumidoras em todo o estado de Minas Gerais, o que representa um aumento de 65% em relação à quantidade física de inspeções realizadas em 2018 (185 mil inspeções). Essas inspeções correspondem a um incremento de faturamento anual de cerca de R\$88 milhões para a Companhia.



Adicionalmente, em 2019 foram realizadas outras diversas ações para mitigação das perdas não técnicas, como: mutirões de inspeções em pontos estratégicos da capital e interior do estado com cobertura da mídia, várias operações de retirada de ligações clandestinas de energia, elaboração de mais de 100 pedidos de criminalização de fraudadores contumazes às autoridades competentes, monitoramento remoto de grandes clientes em alta, média e baixa tensão (total de 12,5 mil clientes de média tensão e 12,6 mil clientes de baixa tensão telemedidos) o que representa blindagem de cerca de 45% do faturamento da distribuidora, modernização do parque de medição com a substituição de 86 mil medidores obsoletos.

Além disso, com o objetivo de atingir o enquadramento da Cemig D nas perdas regulatórias para os próximos anos, a Companhia possui um amplo Plano de Recuperação de energia em andamento (horizonte de 2019 a 2022), sendo que para 2020 estão previstas as seguintes ações:

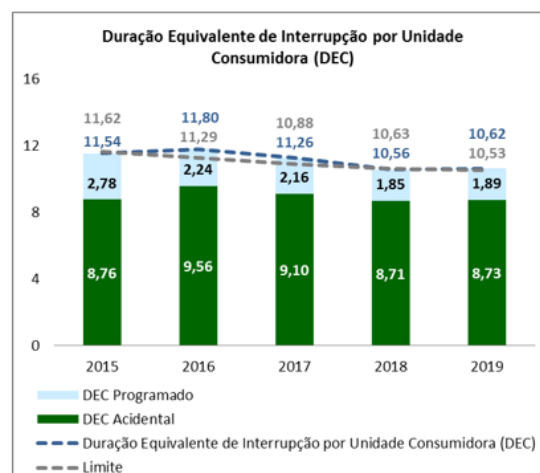
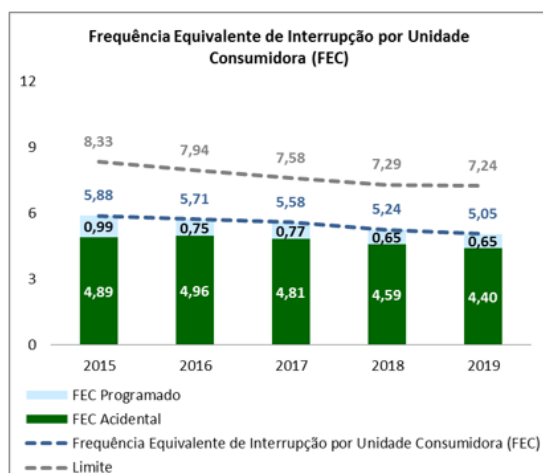
- execução de 775 mil inspeções em unidades consumidoras;
- ampliação da telemetria em clientes de baixa tensão, alcançando um total de 25 mil unidades telemedidas neste nível de tensão;
- substituição de 80 mil medidores obsoletos;
- fiscalização de 780 mil pontos de iluminação pública;
- regularização do fornecimento de energia de 20 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda;
- implantação de medidores inteligentes em 120 mil clientes de baixa tensão;
- substituição do sistema de comunicação de 1.600 clientes livres, permitindo maior confiabilidade e agilidade no faturamento.

## **RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES**

### **Qualidade no fornecimento**

Os gráficos abaixo mostram a evolução contínua do indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) ao longo dos anos, tendo sido apurado o valor de 5,05 em 2019. O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), após melhora significativa entre 2016 e 2018, sofreu pequeno incremento em 2019, atingindo o valor de 10,62, o que levou a um índice ligeiramente superior ao limite regulatório neste ano.

Entretanto, a Companhia aumentou seus investimentos em manutenção preventiva a fim de reduzir as interrupções de energia e melhorar a qualidade de atendimento aos seus consumidores, de forma a atender aos índices regulatórios futuros.



## Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 142 agências e 635 postos de atendimento. Em 2019 foram registrados 10,9 milhões de contatos através deste canal.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter). O número de contatos registrados em 2019 foi de 14,3 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço em caso de falta de energia, consultas a débitos e envio de leituras por meio de mensagens de texto - SMS. Em 2019 foram recebidas 2 milhões de mensagens.

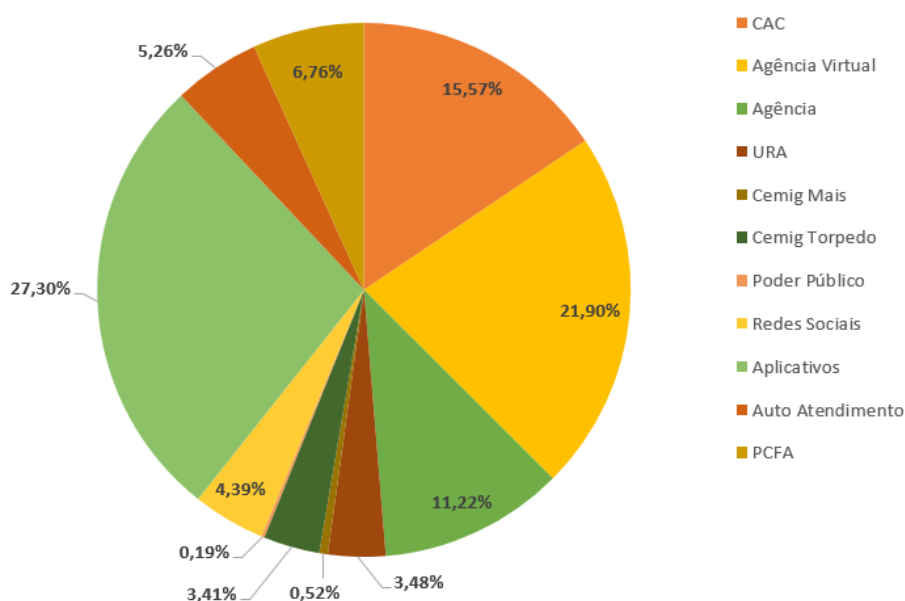
Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 16,6 milhões de contatos. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens) foram realizados 3,2 milhões de contatos.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros.

O site conta ainda com atendimento segmentado, onde foram disponibilizadas áreas exclusivas para atendimento a clientes de Geração Distribuída, grandes clientes atendidos em média tensão, projetistas, dentre outros. A agência virtual da Cemig registrou em 2019 mais de 13 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig D teve cerca de 61 milhões de atendimentos em 2019, através dos seus diversos canais, o que representa 27% de aumento em relação ao realizado em 2018, que foi de 45,8 milhões de atendimentos.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2019:



### Satisfação do consumidor

Em 2019 foi divulgado o resultado do Prêmio IASC na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras referente ao ano de 2018. Com a nota de 68,41, a Companhia avançou 4,04% na satisfação do cliente, posicionando-se acima da média Brasil Concessionárias (66,10) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (65,62).

Com este resultado, a Cemig D ocupou o quinto lugar entre as 10 maiores distribuidoras de energia da região sudeste.

Em fevereiro de 2020, a Aneel divulgou o resultado da pesquisa que avaliou a satisfação dos clientes das distribuidoras brasileiras referente ao ano de 2019, tendo a Companhia alcançado a nota 70,58, resultado que supera a meta estabelecida pela Agência e é o melhor obtido pela Companhia desde 2009. Tendo avançado 3,17% na satisfação do cliente em relação ao ano anterior, posicionou-se acima da média Brasil Concessionárias (67,38) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (67,78). O período de campo da pesquisa IASC/2019 aconteceu de 31 de julho até 29 de outubro, contando com 27.308 entrevistas em 596 municípios atendidos por 91 concessionárias e permissionárias.

O cumprimento da meta regulatória é resultado de um planejamento da Companhia, envolvendo todos os colaboradores, no qual a Cemig regularizou sua carteira de obras, reduziu os prazos de atendimento e está investindo na expansão e melhoria das redes. Além disso, os canais de atendimento estão mais eficientes e diversificados, ampliando a comunicação a diversos públicos, de forma mais próxima e humanizada.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

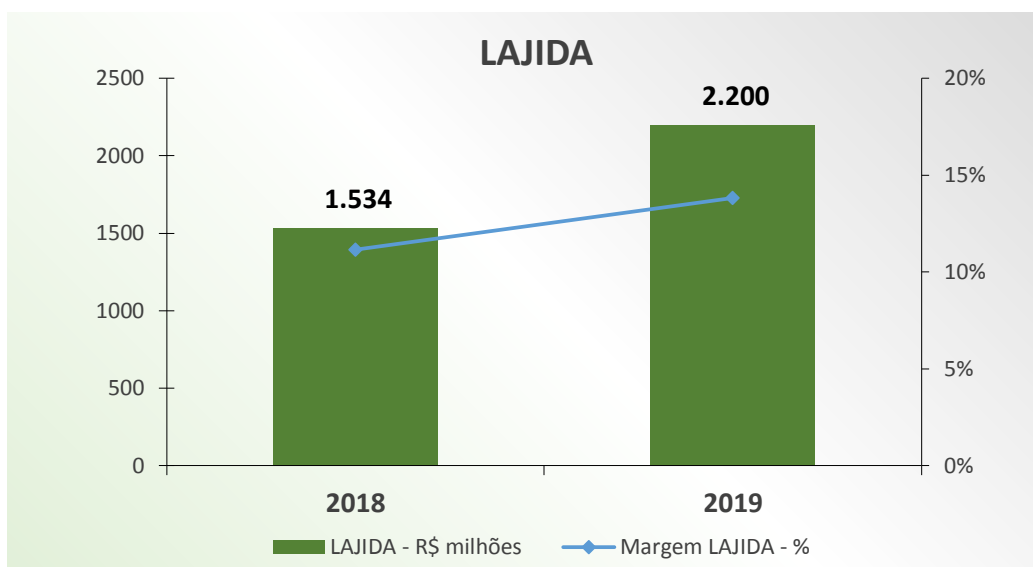
(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

### Resultado do exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2019, lucro de R\$1.644 milhões em comparação a R\$535 milhões no exercício de 2018. As principais variações na comparação dos resultados de 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir:

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - milhões	2019	2018	Var %
Resultado do exercício	1.644	535	207,29
Despesa (benefício) de IR e contribuição social	806	217	271,43
Resultado financeiro líquido	(902)	187	-
Amortização	652	595	9,58
<b>= LAJIDA</b>	<b>2.200</b>	<b>1.534</b>	<b>43,42</b>



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2019 em comparação a 2018 deve-se, principalmente, ao reconhecimento de receita, no montante R\$830 milhões, referente a ICMS sobre PIS/Pasep e Cofins, conforme nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras

Em linha com o crescimento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 11,15% em 2018 para 13,82% em 2019.

## Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

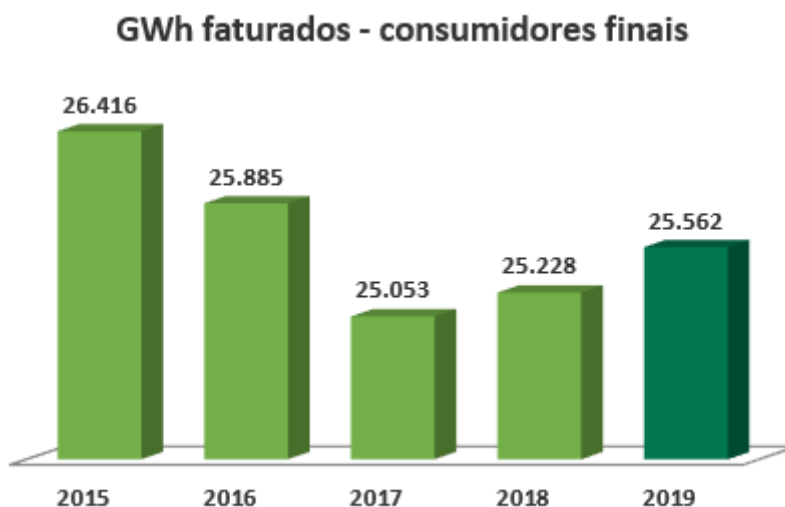
	2019	2018
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	19.967	17.885
Receita de uso da rede - consumidores livres	2.747	2.067
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	58	1.973
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	936	757
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	18	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(58)	(44)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	830	-
Outras receitas operacionais	1.462	1.345
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(10.041)	(10.226)
	<b>15.919</b>	<b>13.757</b>

### Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$19.967 milhões em 2019, em comparação a R\$17.885 milhões, no mesmo período de 2018, representando aumento de 11,64%. Os principais impactos na receita em 2019 decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019;
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19%, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019);
- aumento de 1,32% no volume de energia vendida para consumidores finais.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh*		
	2019	2018	Var %
Residencial	10.538	10.266	2,65
Industrial	2.383	2.588	(7,92)
Comércio, serviços e outros	5.215	5.190	0,48
Rural	3.792	3.614	4,93
Poder público	905	871	3,90
Iluminação pública	1.357	1.384	(1,95)
Serviço público	1.372	1.315	4,33
<b>Total</b>	<b>25.562</b>	<b>25.228</b>	<b>1,32</b>

\*As informações em MWh não são revisadas pelos auditores independentes.

As principais variações na quantidade de energia vendida, por classe de consumo, são:

- aumento de 4,93% na quantidade de energia vendida para consumidores rurais em função, principalmente, de fatores climatológicos (menores volumes de chuvas e altas temperaturas) no início de 2019;
- aumento de 2,65% na quantidade de energia vendida para consumidores residenciais, 3,90% para o Poder Público e 4,33% para o Serviço Público devido, principalmente, à incorporação de novas unidades consumidoras;
- redução de 7,92% na quantidade de energia vendida para os consumidores industriais, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre e também da reclassificação de consumidores para as classes comercial e residencial.

### Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2019, essa receita correspondeu ao montante de R\$2.747 milhões, comparada a R\$2.067 milhões em 2018, representando um crescimento de 32,90%. Esta variação decorre, principalmente, dos reajustes tarifários anuais, sendo o reajuste aplicado a partir de 28 de maio de 2018 (feito integral em 2019), com impacto de aproximadamente 17,44%, e o aplicado a partir de 28 de maio de 2019 com impacto médio de 17,28% para os clientes livres.

### CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

Em 2019, reconheceu-se como receita o montante de R\$58 milhões, a serem repassados à Companhia, representando uma redução de 97,06% em relação ao montante de R\$1.973 milhões reconhecidos em 2018. A variação resulta, essencialmente, da natureza gráfica da conta de CVA, que pode assumir posição de despesa ou receita, a depender da oscilação dos custos não gerenciáveis incorridos no período em relação àqueles homologados pelo órgão regulador para composição da tarifa.

Esta variação decorre também dos menores custos com energia em 2019, em relação a 2018, devido ao aumento do GSF, o que representa menor exposição da Companhia ao risco hidrológico, aliado à redução do PLD médio em relação ao mesmo período do ano anterior, o que gerou um menor ativo financeiro a ser repassado à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras.

### **Receita de construção**

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$936 milhões em 2019, comparados a R\$757 milhões em 2018, demonstrando um aumento de 23,65%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no exercício, em ativos da concessão.

### **Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS**

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$830 milhões, resultam do êxito em ação na qual a Companhia questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos a julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras.

### **Impostos e encargos incidentes sobre a receita**

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$10.041 milhões em 2019 comparados a R\$10.226 milhões em 2018, representando redução de 1,81% decorrente dos fatores destacados a seguir:

#### Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda, carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.



Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.213 milhões em 2019, comparados a R\$2.450 milhões em 2018, o que representou uma redução de 9,67%. Esta redução é justificada pela antecipação da quitação do saldo devedor da conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta ACR) em setembro de 2019 e pelo encerramento do recolhimento das quotas de CDE - Energia em março de 2019.

A Conta ACR foi criada pelo Governo Federal em 2014 com o objetivo de cobrir, total ou parcialmente, as despesas das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo ("MCP") e pelo despacho de usinas termelétricas vinculadas aos CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) por disponibilidade.

A quota de CDE - Energia é relativa ao ressarcimento do fundo CDE pelos recursos repassados às concessionárias de distribuição em 2013 para cobrir os gastos extraordinários de energia decorrentes da falta de lastro contratual e da condição hidrológica desfavorável. As quotas de CDE - Energia foram pagas apenas pelas distribuidoras que receberam recursos em 2013, com o repasse às tarifas de energia pagas pelos consumidores cativos. O ressarcimento teve início em 2015 e se encerrou em março de 2019.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

#### Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias foram de R\$294 milhões em 2019, em comparação a R\$654 milhões em 2018, representando uma redução de 55,05%.

Esta variação decorre, principalmente, do acionamento de bandeiras menos onerosas aos consumidores em 2019, em comparação a 2018, consequência do melhor regime hidrológico deste ano. Em 2019, operou-se com bandeira vermelha patamar 1 em três meses, enquanto em 2018 operou-se um mês com bandeira vermelha patamar 1 e cinco meses com bandeira vermelha patamar 2.

#### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$14.371 milhões em 2019, comparados a R\$12.818 milhões em 2018, representando um crescimento de 12,11%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras.

#### Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$869 milhões em 2019 comparados a R\$965 milhões em 2018, representando uma redução de 9,95%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- despesas com o programa de desligamento voluntário programado no montante de R\$15 milhões em 2019 em comparação a R\$51 milhões em 2018;
- reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019 em função de Acordo Coletivo;
- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018 em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2019);
- redução de 1,30% no número médio de empregados, sendo 4.342 em 2019 em comparação a 4.399 em 2018.

#### Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$183 milhões em 2019, comparada a R\$51 milhões em 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, controladora da Cemig D, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

#### Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.016 milhões em 2019, comparada a R\$880 milhões em 2018, um crescimento de 15,45%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo, relacionados basicamente a uma priorização de ações e dispêndios pela Companhia visando à redução nas interrupções de energia e melhoria da qualidade de atendimento aos seus consumidores:

- aumento de 23,55% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$362 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$293 milhões no exercício de 2018;
- aumento de 54,05% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros sendo R\$57 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$37 milhões no exercício de 2018;
- aumento de 64,29% nas despesas com podas de árvores sendo R\$46 milhões no exercício de 2019, comparados a R\$28 milhões no exercício de 2018.

#### Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$7.517 milhões em 2019, comparada a R\$7.238 milhões em 2018, um crescimento de 3,85%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 18,58% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo o resultado da energia de curto prazo representado pelo saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2019, o resultado líquido foi despesa de R\$1.774 milhões, comparados a R\$1.496 milhões em 2018. A variação decorre, principalmente, da redução de 64,91% na quantidade de energia liquidada na CCEE em 2019, sendo de 652.539 MWh em 2019, comparada a 1.859.448 MWh em 2018;
- redução de 10,13% nas despesas com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$3.053 milhões no exercício de 2019, comparado a R\$3.397 milhões no exercício de 2018. Essa redução decorre da substituição, em 2019, de contratos com preços mais altos por outros menos onerosos;
- aumento de 8,17% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física, que foram de R\$755 milhões em 2019 comparado a R\$698 milhões em 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 12,02% no preço médio de MWh (R\$101,67 em 2019 e R\$90,76 em 2018).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 25c das demonstrações financeiras.

### Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.459 milhões em 2019, comparados a R\$1.463 milhões em 2018.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$1.101 milhões em 2019 comparados a R\$290 milhões em 2018, representando um aumento de 279,66%. As principais variações que explicam este aumento são:

- variação das provisões para contingências tributárias, que representou constituição líquida de R\$772 milhões em 2019, em comparação à reversão de R\$2 milhões em 2018. Esta variação decorre, basicamente, do reconhecimento, no 3º trimestre de 2019, de provisão relativa a processos administrativos e judiciais instaurados contra a Companhia, no montante de R\$764 milhões, nos quais se discute a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras;
- variação das provisões para contingências trabalhistas, que representou constituição líquida de R\$92 milhões em 2019, em comparação a R\$24 milhões em 2018. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações e reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais informações na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras;

- em contrapartida, houve redução de 26,57% na provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), sendo uma despesa no montante de R\$199 milhões em 2019, em comparação a R\$271 milhões em 2018. Essa variação decorre de iniciativas de renegociação de débitos vencidos realizada pela Companhia, neste ano, junto aos seus clientes. Adicionalmente, contribuiu para tal redução a adaptação da premissa de mensuração do histórico de inadimplência adotada pela Companhia na metodologia de apuração da PECLD, com o intuito de adequar a modelagem da matriz de provisão ao comportamento das dívidas dos seus clientes. Mais informações na nota explicativa nº 2.8. das demonstrações financeiras.

### **Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro líquido em 2019 foi uma receita financeira líquida de R\$902 milhões comparada a uma despesa financeira líquida de R\$187 milhões em 2018. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, em 2019, de receita financeira no montante de R\$1.034 milhões referente à atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, conforme nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras;
- aumento do resultado líquido de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo uma receita financeira líquida de R\$105 milhões em 2019, comparada a R\$62 milhões em 2018. Essa variação decorre do maior montante homologado no reajuste tarifário de 2019, comparado ao montante homologado no reajuste tarifário anterior. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Vide mais informações na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A Cemig Distribuição apurou, em 2019, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$806 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.450 milhões. Em 2018, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$217 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$752 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10c das demonstrações financeiras.

## **Liquidez e recursos de capital**

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$234 milhões, em comparação a R\$451 milhões em 31 de dezembro de 2018, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

### Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2019 totalizou R\$1.214 milhões comparado a um consumo de caixa líquido de R\$760 milhões em 2018. Essa geração de caixa decorre, principalmente, do aumento do resultado registrado pela Companhia e da relação entre os custos não gerenciáveis e os recebimentos tarifários, observada a partir do comportamento da Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros. Em 2018, a despesa com energia elétrica verificada foi maior, em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios, com conseqüente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas, resultando na elevação do preço da energia.

### Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2019 e 2018 totalizou, respectivamente, R\$548 milhões e R\$896 milhões. Os investimentos em ativos da concessão foram de R\$916 milhões em 2019 na comparação com R\$728 milhões em 2018. Em contrapartida, ocorreu uma aplicação líquida de recursos em títulos e valores mobiliários de R\$167 milhões em 2018 na comparação aos resgates líquidos de R\$368 milhões em 2019.

### Fluxo de caixa consumido (gerado) pelas atividades de financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento em 2019 totalizou R\$883 milhões, comparado ao caixa gerado de R\$1.586 milhões em 2018. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento em 2019 decorre, basicamente, do pagamento de empréstimos e financiamentos em montante superior às novas captações de recursos. No exercício de 2018, ocorreu um adiantamento para futuro aumento de capital de R\$1.100 milhões.

### Política de captação de recursos e gestão da dívida

Nos exercícios de 2017 e 2018, o refinanciamento da dívida da Companhia teve custos mais altos que os historicamente verificados, à luz do desafio de liquidez que se lhe impunha. Em 2019, por outro lado, a Companhia, beneficiando-se da reabertura do mercado de capitais e melhoria da sua estrutura financeira, concentrou esforços na redução dos custos e alavancagem financeira.

Em julho de 2019, a Cemig D realizou sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$3,66 bilhões, em duas séries, sendo a 1ª série no valor de R\$2,16 bilhões e juros remuneratórios de CDI + 0,454% a.a., com prazo de 5 anos, e a 2ª série no valor de R\$1,5 bilhão com correção monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10% a.a., com prazo de 7 anos, perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI. Os recursos que se incorporam ao caixa da Cemig D se inserem no contexto de gestão do endividamento, permitindo substituir um conjunto de dívidas de igual valor, mais onerosas (custo médio equivalente a 144,13% do CDI) e com vencimentos concentrados em um horizonte temporal de 3 anos, por outra de menor custo e com amortizações diluídas nos próximos 7 anos, contribuindo para elevar o prazo médio do endividamento total da Cemig D de 2,9 anos para 5,1 anos.

Seguindo firme no propósito de melhorar a qualidade de seu crédito, a Cemig D amortizou um montante expressivo de dívidas em 2019, totalizando R\$4.173 milhões.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que, ao longo de 2019, as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Cemig D, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de Lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo.

A tabela a seguir evidencia a evolução das notas de crédito da Cemig D, de dezembro de 2018 para dezembro de 2019:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo									
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D
dez - 18																					
dez - 19																					

Moody's		Grau de investimento									Grau Especulativo											
Nacional	Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
dez - 18																						
dez - 19																						

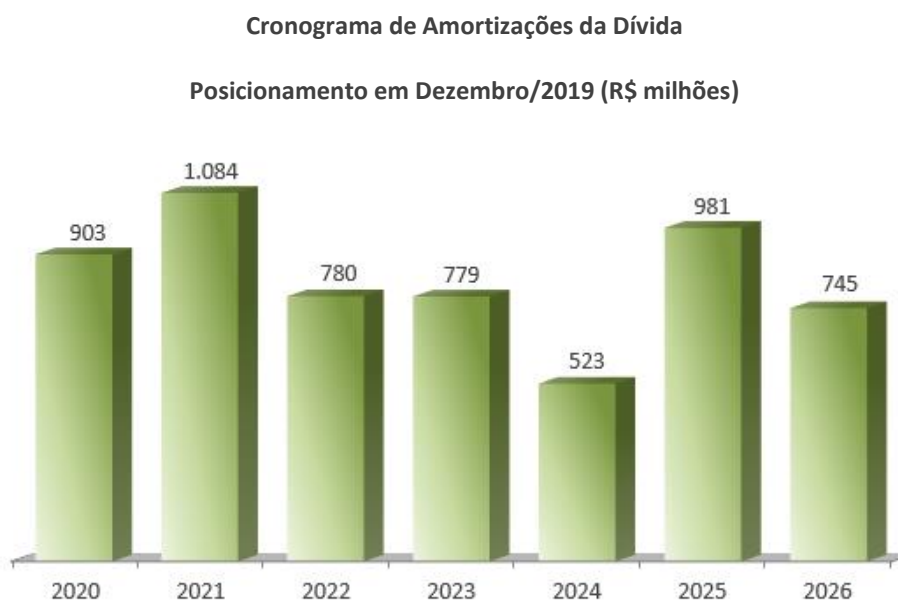
S&P		Grau de investimento							Grau Especulativo														
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez - 18																							
dez - 19																							

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados à 7ª emissão de debêntures, que limitam a capacidade de endividamento da Cemig D e da Cemig, como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento da *holding* e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses *covenants* financeiros.

O endividamento da Cemig D, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$5.795 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,9 anos.

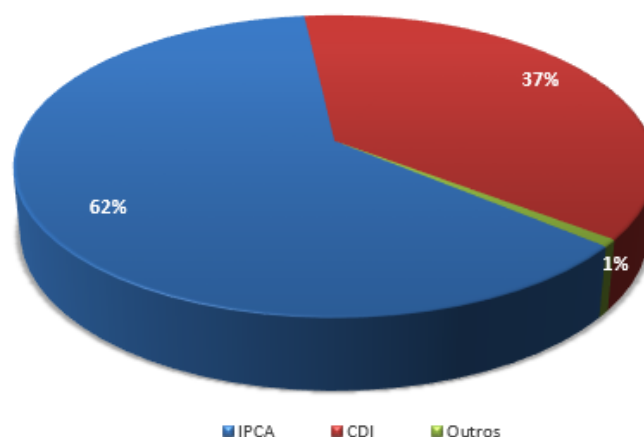
O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Cemig D é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao IPCA, principalmente em função da 7ª emissão de debêntures. O custo médio da dívida da Cemig D é de 3,28% a.a. a preços constantes e de 7,70% a.a. em custo nominal.



## Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2019



## INVESTIMENTOS

Os investimentos em distribuição, no ano de 2019, somaram aproximadamente R\$916 milhões.

A Cemig D tem previstos investimentos de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Distribuidora - PDD, no período de 2018 a 2022, no montante de R\$6.397 milhões, objetivando a execução de obras na sua concessão. Considerando a depreciação regulatória, prevista para o mesmo período, de aproximadamente R\$4.200 milhões, esta diferença nos investimentos poderá ter como efeito positivo um aumento na base de remuneração regulatória da Cemig D em 2023 e consequente aumento da receita nesse período, considerando a compatibilidade dos investimentos, realizados de forma prudente, com o crescimento do mercado, de modo a não afetar a rentabilidade estabelecida na revisão tarifária.

Esse maior investimento também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

### Expansão do Sistema Elétrico - Subestações e Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, em 2019, foram investidos R\$154 milhões no sistema elétrico de distribuição da Cemig D de alta tensão.

No mesmo período, foram construídas e/ou ampliadas 8 subestações e construídos 40,7 km de linhas de distribuição.

## Expansão do Sistema Elétrico - Redes (média e baixa tensão)

A Cemig D realiza os atendimentos às solicitações dos clientes de média e baixa tensão compreendidos nos 774 municípios de sua área de concessão por meio dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD. Este plano é dividido em macroprojetos, que estão relacionados aos diversos segmentos de obras para atendimento às demandas do PDD.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2019 foram realizados aproximadamente R\$145 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 528 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 213.203 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de 8.989 unidades consumidoras por meio da extensão de 2.179 km de rede de média e baixa tensão em 2019, perfazendo um total de R\$108 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos R\$151 milhões pela Companhia e R\$180 milhões pelos solicitantes no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão no ano de 2019. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 11.654 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que no ano de 2019 houve intervenções em 749 km de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$91 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros nas redes de distribuição. Em 2019 foram regularizadas 1.727 instalações, com um investimento de R\$15 milhões.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2020, a seguinte proposta de destinação do lucro de 2019, no montante de R\$1.644 milhões:

- R\$82 milhões para a constituição de reserva legal;
- R\$255 milhões de juros sobre o capital próprio, declarados em 16 de dezembro de 2019;
- R\$605 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$19 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2019 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$682 milhões sejam retidos no patrimônio líquido para utilização, basicamente, no programa de investimentos.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de nove integrantes efetivos, sendo oito indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados, conforme previsto na Lei 13.303/2016. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2019, foram realizadas 30 reuniões para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria, criado com a reforma do Estatuto Social em junho de 2018, e em conformidade ao disposto na Lei 13.303/2016, é órgão colegiado de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por três integrantes, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Em 2019, foram realizadas 45 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por cinco integrantes efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Suas atribuições são fixadas na legislação brasileira aplicável às sociedades anônimas, em especial a Lei 6.404/1976, e, quando com estas não conflitarem, nas leis dos países em que as ações da Cemig são listadas e negociadas. Em 2019, foram realizadas 15 reuniões do Conselho Fiscal.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue, em milhares de Reais:

Serviços	2019	% em relação à auditoria	2018	% em relação à auditoria
Auditoria de demonstrações financeiras	1.449	100%	1.323	100%
Auditoria de obrigações acessórias no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	220	15%	204	15%
<b>Total</b>	<b>1.669</b>		<b>1.527</b>	

Os serviços de auditoria de obrigações acessórias no SPED foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria de demonstrações financeiras, sendo restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesses.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

## AUDITORIA INTERNA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como processo integrante das práticas de Governança Corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

No ano de 2019, de forma a dar maior ênfase nas questões que envolvem a gestão de riscos e conformidade, foi criada uma diretoria adjunta de Compliance na Cemig.

Nesse sentido, foi aprovada em 2019, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a nova Matriz de Riscos Corporativos - *Top Risks* e de Riscos de *Compliance* vigente para os exercícios de 2019/2020.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesses, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda, a matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente, e os controles são testados e monitorados pela Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia e reportados periodicamente aos Conselhos da Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhoria a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

#### *Política Antifraude*

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à Cemig e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei Federal 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos relacionados às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes.

## GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica na Europa, Estados Unidos e em várias outras partes do mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Todas essas transformações afetam diretamente o setor energético e representam ao mesmo tempo ameaças e oportunidades para uma empresa como a Cemig. São mudanças que podem ser agrupadas em torno de três tendências, denominadas “3D”: 1) **D**igitalização, 2) **D**escarbonização e 3) **D**escentralização que colocam novos tipos de demandas sobre o setor elétrico, vindas da sociedade, de outros setores da economia e do próprio governo, através de suas agências regulatórias.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig D implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- aumentar a capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- definir estratégias para a execução de Projetos de P&D a curto, médio e longo prazo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

Em 2019 foram contratados seis projetos resultantes de um edital específico associado aos “3D”, denominado Cemig 4.0, contemplando as seguintes iniciativas:

- Gestão Inteligente da cadeia de fornecedores;
- Inteligência na experiência do usuário;
- Gestão de Ativos;
- Recursos energéticos distribuídos;
- Centro de Operação da Distribuição do Futuro.

Em 2019, a Cemig Distribuição investiu mais de R\$54 milhões, em 43 projetos de P&D.

## Programa de Eficiência Energética

A Companhia, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar a população sobre o correto uso da energia elétrica.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,4% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém um grande número de projetos em execução, chegando a 44 iniciativas em execução no final do ano de 2019. Compõem este portfólio projetos advindos das Chamadas Públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos construídos diretamente pela Companhia.

Em 2019, o programa investiu aproximadamente R\$86 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D. A Companhia também aprovou, por meio do seu Conselho de Administração, o orçamento total de R\$457 milhões para o ciclo 2020/2024 a serem investidos exclusivamente em ações de eficiência energética.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social, inovação e geração de oportunidades para o negócio da Cemig D, com destaque para atuação em hospitais, escolas, comunidades de baixa renda e iluminação pública.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cemig Distribuição possui a política de comunicação com a comunidade e o plano de comunicação da empresa que, juntos, integram o conjunto de estratégias de comunicação adotadas pela Companhia no relacionamento com as comunidades, direcionando o diagnóstico socioambiental elaborado para cada projeto ou programa.

Alguns projetos de destaque no ano de 2019 são:

Programa de Concessão de Donativos: Por meio do programa de concessão de donativos, a Cemig concede às instituições filantrópicas que promovem assistência social e saúde, de forma gratuita, até 25% de dedução na fatura de energia elétrica, após a aplicação da respectiva tarifa vigente, limitado a um teto. Em 2019, 947 entidades foram beneficiadas, totalizando R\$6,2 milhões em deduções nas contas de energia das entidades que possuem o benefício. Com o programa, é gerada uma economia para as instituições, que pode ser utilizada para o bem-estar social. Por outro lado, a Companhia diminui perdas com inadimplência, uma vez que só podem receber o benefício as instituições que estão adimplentes com a Cemig.

Programa de Voluntariado Empresarial: O programa engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas. O programa tem como finalidade estimular e difundir a solidariedade e o trabalho voluntário da força de trabalho, a fim de promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua, estando estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. Em 2019, foram cedidas pela empresa 5.041 horas de trabalho de seus funcionários para planejamento e estruturação do programa, bem como visitas técnicas e participações em treinamentos, cursos e congressos. Dentro das ações executadas fora do horário de trabalho, os voluntários da Cemig doaram 2.518 horas do seu tempo.

O dia do voluntariado, “Dia V”, é uma data voltada para a mobilização e o incentivo à realização de ações solidárias, que acontece anualmente em uma comunidade previamente selecionada e é feito em parceria com várias empresas do grupo Cemig. Em 2019 a equipe coordenadora do Dia V analisou as necessidades e o trabalho realizado em diversas instituições e selecionou o Instituto BH Futuro, que atua em prol das comunidades carentes do Aglomerado da Serra, composto por oito vilas e população estimada de 40 mil habitantes. Cerca de 1.000 moradores da comunidade contaram com uma programação diversificada para toda as idades, elaborada pela equipe de voluntários a partir do perfil e das demandas da região. Foram arrecadadas mais de 2 toneladas de roupas, calçados, acessórios e brinquedos.

Programa de Apadrinhamento: O programa de apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições filantrópicas, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Os padrinhos que se inscrevem no Programa podem escolher quais instituições cadastradas desejam beneficiar e o valor a ser arrecadado na conta de luz.

Em 2019, 438 instituições receberam, aproximadamente, R\$66 milhões em doações. Com esse programa, a Cemig D estabelece uma parceria com a sociedade - clientes que se tornam padrinhos das instituições - para beneficiar a comunidade e, conseqüentemente, reforçar seu comprometimento com o desenvolvimento das comunidades locais. As instituições, por outro lado, recebem as doações de maneira segura, utilizando a infraestrutura e a capilaridade da Cemig.

Programa Al6%: o programa tem como um de seus objetivos despertar a consciência cidadã dos empregados quanto à possibilidade de utilizar os incentivos fiscais vinculados ao imposto de renda de pessoa física e jurídica, amparado pela Lei Federal 8.069/90, em prol de projetos que beneficiam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.



A Companhia também destina parte do seu imposto de renda devido aos projetos aptos a captarem recursos por meio do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, em conformidade com a legislação que regulamenta esta operação.

A campanha de 2019 do AI6% envolveu a participação de 1.546 empregados da Cemig que, voluntariamente, destinaram R\$1,16 milhão a 95 municípios para apoiar projetos de 181 instituições beneficentes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Cemig foi de R\$4,61 milhões. No total, foram destinados R\$5,77 milhões para atendimento a aproximadamente 27 mil crianças e adolescentes.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em campos de futebol amador e em quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e atividades culturais, principalmente no período noturno.

O investimento planejado para este programa foi de aproximadamente R\$15 milhões, os quais foram utilizados para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 356 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, foram concluídos 227 campos e 42 quadras. O investimento em 2019 foi de R\$1,8 milhões.

### **Projetos culturais, esportivos e de saúde**

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o comprometimento da empresa com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

#### Cultura

A Cemig é a maior apoiadora da cultura do Estado de Minas Gerais, com investimentos próximos a R\$15,91 milhões em 2019, sendo uma das prioridades da Empresa em Cidadania Corporativa, contribuindo para a geração de oportunidades de lazer, na composição crítica e desenvolvimento humano.

#### Saúde e social

A Cemig D destinou R\$9,6 milhões no aprimoramento do atendimento às comunidades atendidas pelas instituições, em diferentes regiões de Minas Gerais, destacando-se o apoio a instituições hospitalares filantrópicas em Minas Gerais e cerca de 166 programas sociais.

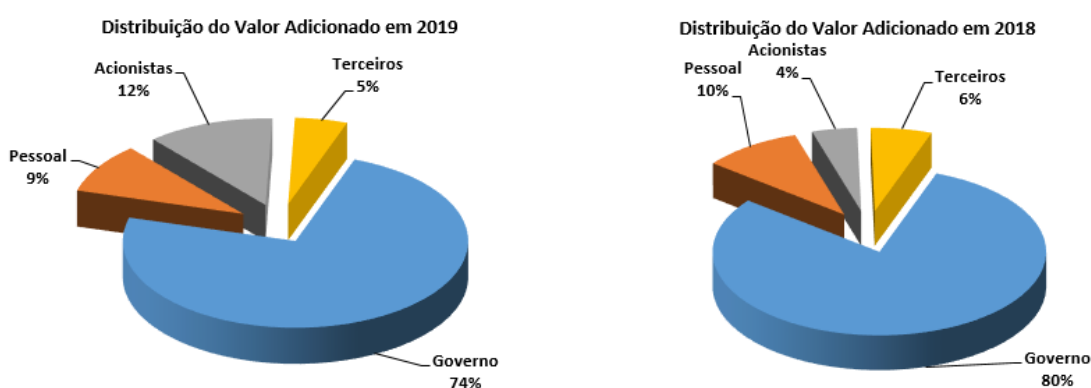
## Esportes

Em 2019, o total investido pela Cemig em Esportes foi de R\$3,4 milhões. Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas.

Para a Companhia, estes projetos fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

## **Valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$13.777 milhões de valor adicionado em 2019 em comparação a R\$12.174 milhões em 2018.



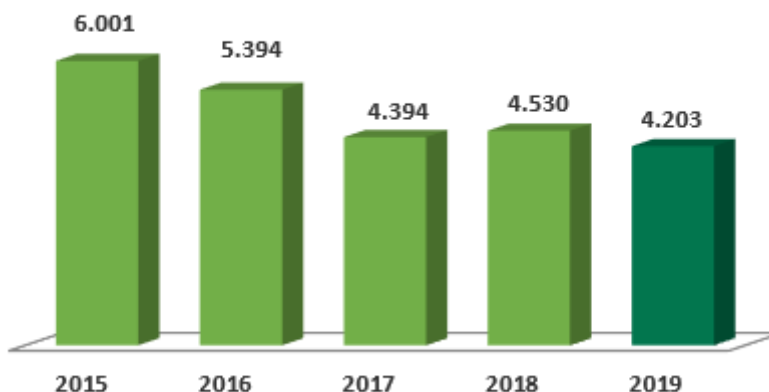
## **Recursos Humanos**

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

## Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig Distribuição segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos e promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário - PDVP nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.001 empregados em 2015 para 4.203 em 2019, conforme apresentado no gráfico a seguir:

### Quantidade de empregados



Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Companhia no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com os benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados, realizando de forma periódica a revisão do seu Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações.

#### Provimento de Pessoal

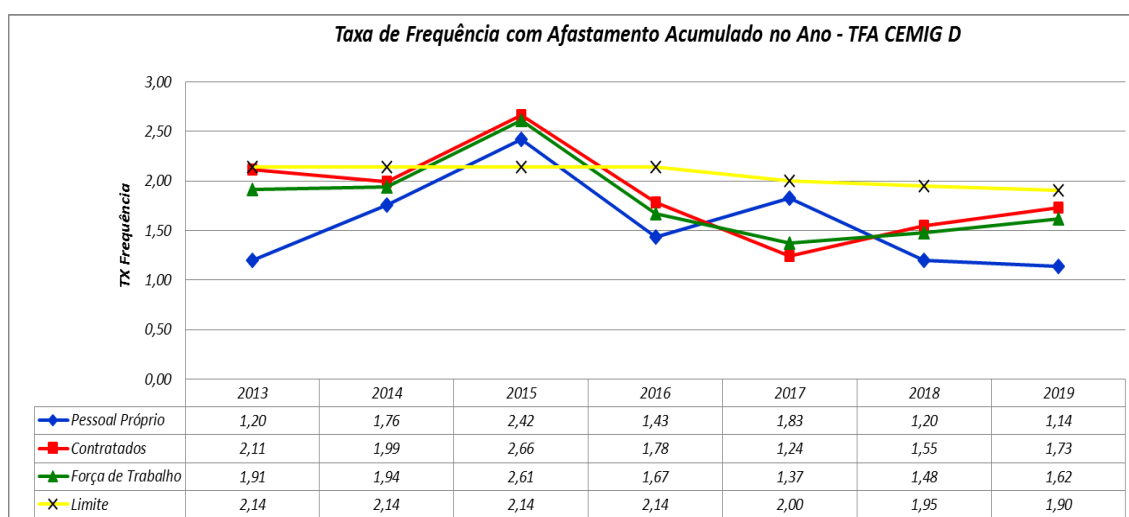
O provimento de pessoal da Cemig Distribuição é realizado por meio de processos de recrutamento interno (mobilidade) e externo (concurso público).

Em 2019, por meio de concursos públicos em vigor, a Cemig D viabilizou a admissão de 165 novos empregados, objetivando o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas. Essa medida visa garantir a segurança operacional de atividades essenciais e ainda suportar as ações empresariais, viabilizando a busca contínua do aumento da produtividade e eficiência operacional. A gestão de um *turnover* sustentável é essencial para que a Companhia possa atuar com competitividade em seu mercado, com custos de pessoal aderentes à realidade.

Considerando os desligamentos ocorridos em 2019 em função das adesões ao PDVP, houve a necessidade de avaliar a possibilidade de movimentações de pessoas para ajustar o quadro interno de determinadas áreas da organização, objetivando alavancar e garantir a continuidade do *know how* técnico de áreas que apresentaram saídas de pessoal de forma acentuada, principalmente, em decorrência de aposentadorias.

## Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

O indicador medido da Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) da força de trabalho da Cemig D vem decaindo continuamente nos últimos anos, atingindo os menores índices historicamente já registrados na Cemig D. Apesar do aumento da taxa de acidentes em 2019 em relação a 2018, a Cemig considera que as contínuas ações e investimentos em segurança do trabalho permitirão manter reduzidas as taxas para toda a força de trabalho nos próximos anos.



## COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Cemig

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e eventos nas instalações da Cemig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

## UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico, com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto, a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamentos para outras empresas, principalmente empreiteiras prestadoras de serviço para a Cemig Distribuição.

A UniverCemig buscou a capacitação profissional de 155 novos empregados próprios da Cemig D, sendo 61 eletricitistas, 91 técnicos e 3 engenheiros, capacitando também 220 técnicos de inspeção de unidades consumidoras terceirizados.

A capacitação profissional dos novos empregados e os treinamentos de requisitos legais, principalmente a reciclagem bienal das normas NR10 e NR35, realizados em 2019, foram responsáveis por incremento na média de horas de treinamento presencial por empregado próprio, passando de 37,05 horas em 2018 para 58,87 horas em 2019. Neste ano foram viabilizadas 8.697 participações em treinamentos técnicos presenciais para empregados próprios da Cemig D, totalizando 247.445 homem-hora treinados.

A Cemig acredita que a capacitação de sua força de trabalho é fundamental para alcançar os objetivos estratégicos com sustentabilidade.

## **Meio ambiente**

Em 2019, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$9,5 milhões. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Grupo de Acompanhamento do Plano de Adequação Ambiental.

### Licenciamento ambiental

Além de ser uma obrigação legal, o licenciamento ambiental das atividades da Cemig visa garantir que sua expansão e operação ocorram em observância aos critérios ambientais e de sustentabilidade, em consonância com a Política Ambiental da Companhia.

O licenciamento ambiental pode ter caráter preventivo (no caso de empreendimentos novos) ou corretivo (empreendimentos instalados antes da obrigatoriedade do licenciamento ambiental).

Em 2019 foram obtidas nove licenças e autorizações de regularização de projetos da Cemig D, na categoria de Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental – DAIA. Todos os processos supracitados foram regularizados nas regionais do Instituto Estadual de Florestas – IEF, distribuídas pelo estado de Minas Gerais.

### Gestão de resíduos

Em 2019 foram encaminhadas para destinação final 79,1 mil toneladas de resíduos industriais, tendo sido praticamente toda a sua totalidade alienada ou reciclada.

## BALANÇO SOCIAL

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1) Base de Cálculo	2019			2018		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	15.918.741			13.756.860		
Resultado Operacional (RO)	1.547.784			938.505		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	869.289			965.345		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	61.813	7,11	0,39	62.099	6,43	0,45
Encargos sociais compulsórios	230.615	26,53	1,45	214.889	22,26	1,56
Previdência privada	60.962	7,01	0,38	52.637	5,45	0,38
Saúde	38.634	4,44	0,24	35.701	3,70	0,26
Segurança e medicina no trabalho	17.233	1,98	0,11	17.232	1,79	0,13
Educação	709	0,08	0,00	944	0,10	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	14.799	1,70	0,09	12.974	1,27	0,09
Creches ou auxílio-creche	1.271	0,15	0,01	2.534	0,26	0,02
Participação nos lucros ou resultados	76.400	8,79	0,48	2.246	0,23	0,02
Outros	12.462	1,43	3,23	10.534	1,09	0,08
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>514.898</b>	<b>59,23</b>	<b>3,23</b>	<b>411.067</b>	<b>42,58</b>	<b>2,99</b>
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	4.240	0,27	0,03	1.088	0,12	0,01
Cultura	24.592	1,59	0,15	6.051	0,64	0,04
Esporte	3.696	0,24	0,02	2.507	0,27	0,02
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	96.877	6,26	0,61	22.740	2,42	0,17
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>129.405</b>	<b>8,36</b>	<b>0,81</b>	<b>32.386</b>	<b>3,45</b>	<b>0,24</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	10.167.005	656,87	63,87	9.749.270	1.038,81	70,87
<b>Total – Indicadores Sociais Externos</b>	<b>10.296.410</b>	<b>665,24</b>	<b>64,68</b>	<b>9.781.656</b>	<b>1.042,32</b>	<b>71,11</b>
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	9.552	0,62	0,06	12.159	1,30	0,09
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>9.552</b>	<b>0,62</b>	<b>0,06</b>	<b>12.159</b>	<b>1,30</b>	<b>0,09</b>
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício			4.203			4.530
Nº de admissões durante o exercício			174			243
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			105			184
Nº de estagiários (as)			117			129
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			762			735
- 2º Grau			3.348			3.532
- 1º Grau			93			127
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.054			2.532
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			551			588
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			10%			9%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			231			238
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			0%			0%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			150			157
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			26,46			
Número total de acidentes de trabalho (empregados próprios)			20			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	( ) direção e gerências	( x ) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos (as) empregados (as)			
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos (as) empregados (as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos			
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	( x ) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon 71	na Justiça 7.666			
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon 46,48 %	na Justiça 26,23 %			
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2019: 13.777.057					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	73,80% governo	9,35% empregados	11,93% acionistas	4,92% terceiros	80,01% governo	9,66% empregados
					4,39% acionistas	5,94% terceiros
7) Outras Informações						
Investimentos em questões ambientais			R\$9,5 milhões			
Resíduos e materiais inservíveis			79 mil toneladas			
Receita com as vendas dos resíduos			R\$14 milhões			

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

## A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2019	2018
<b>Atendimento</b>		
Número de consumidores (em milhares)	8.537	8.409
Número de empregados	4.203	4.530
Número de consumidores por empregado	2.031	1.856
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
<b>Mercado</b>		
Área de concessão (Km²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.513	1.506
Tarifas médias de fornecimento - incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	917,43	843,30
Comercial	872,48	764,83
Industrial	663,46	623,20
Rural	542,57	496,15
DEC (horas)	10,62	10,56
FEC (número de interrupções)	5,05	5,24
Privação de fornecimento por consumidor - minutos/mês	53,10	50,25
<b>Operacionais</b>		
Número de subestações	413	405
Linhas de distribuição (Km)	17.507	17.507
Redes de distribuição (Km)		
Urbana	108.576	108.576
Rural	410.486	410.486
<b>Financeiros</b>		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	15.919	13.757
Margem operacional - %	9,72	6,83
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	2.200	1.534
Resultado do exercício - R\$ milhões	1.644	535
Resultado do exercício por lote de 1000 ações R\$	697	227
Patrimônio líquido - R\$ milhões	4.708	4.642
Valor patrimonial por ação	2,00	1,97
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	34,93	11,52
Endividamento do patrimônio líquido - %	417,37	307,51
Liquidez corrente	1,06	1,16
Liquidez geral	0,78	0,70



## COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretoria Cemig Distribuição
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Paulo Mota Henriques	Diretoria sem denominação
Daniel Faria Costa	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Luciano de Araújo Ferraz	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente)	Germano Luiz Gomes Vieira (majoritário)
Marco Aurélio de Barcelos Silva (majoritário)	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	vago (majoritário)
Rodrigo de Mesquita Pereira (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Cláudio Morais Machado (minoritários)	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Luiz Nobre Ribeiro (Industrial)	José Ciro Motta
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem
José Geraldo de Oliveira Motta (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Ennia Rafael de Oliveira Guedes Bueno
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Tadahiro Tsubouchi
Ricardo Augusto Amorim Cesar (Procon)	Christiane Vieira Soares Pedersoli
Wantuil Dionísio Teixeira (Cemig)	Juliana Cardoso Amaral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Antônio Rodrigues dos Santos e Junqueira (majoritário)	Não há
Cledorvino Belini (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Romeu Donizete Rufino (majoritário)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialista)	Não há
Marcelo Gasparino da Silva (minoritário)	Não há
vago (minoritários)	Não há
Marco Aurélio Dumont Porto (representante dos empregados)	Não há

### RELAÇÕES COM INVESTIDORES

#### Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

#### Endereço eletrônico

Site: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)

E-mail: [ri@cemig.com.br](mailto:ri@cemig.com.br)

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	234.346	451.304
Títulos e valores mobiliários	6	109.960	408.769
Consumidores e revendedores	7	3.021.551	2.859.862
Concessionários - transporte de energia	7	242.229	195.122
Tributos compensáveis	8	29.101	53.841
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	235.745	165.061
Estoques		31.408	26.826
Contribuição de iluminação pública		164.971	149.098
Reembolso subsídios tarifários	12	93.673	82.470
Subvenção baixa renda		29.582	30.232
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	640.161	646.874
Outros		174.431	210.189
<b>Total do circulante</b>		<b>5.007.158</b>	<b>5.279.648</b>
<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	6	305	56.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	1.741.544	1.334.421
Tributos compensáveis	8	5.141.553	181.663
Depósitos vinculados a litígios	11	1.766.042	1.707.668
Consumidores e revendedores	7	711	711
Concessionários - transporte de energia	7	70.412	75.161
Outros créditos		37.562	43.814
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	701.164	829.562
Ativos de contrato	14	740.044	518.162
Intangíveis	15	8.938.620	8.890.070
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	16	212.948	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>19.350.905</b>	<b>13.637.431</b>
<b>Ativo total</b>		<b>24.358.063</b>	<b>18.917.079</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	19	16.548	506.434
Debêntures	19	886.401	994.181
Fornecedores	17	1.534.689	1.199.055
Impostos, taxas e contribuições	18	192.731	297.725
Salários e encargos sociais		130.861	193.052
Encargos regulatórios	20	283.361	369.284
Participação dos empregados e administradores no resultado		150.970	51.281
Obrigações pós-emprego	21	201.241	181.862
Contribuição de iluminação pública		251.809	281.362
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	23	822.183	267.435
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16	64.034	-
Outros		176.492	229.299
<b>Total do circulante</b>		<b>4.711.320</b>	<b>4.570.970</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	19	27.353	1.087.314
Debêntures	19	4.864.620	3.675.479
Provisões	22	1.221.151	439.889
Obrigações pós-emprego	21	4.359.058	3.220.182
Impostos, taxas e contribuições	18	436	24.923
Encargos regulatórios	20	101.968	119.176
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	18	4.193.329	1.123.680
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16	157.160	-
Outros		13.460	13.108
<b>Total do não circulante</b>		<b>14.938.535</b>	<b>9.703.751</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>19.649.855</b>	<b>14.274.721</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	23		
Capital social		5.371.998	2.771.998
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.600.000
Reservas de lucros		1.329.789	545.856
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.993.579)	(1.275.496)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.708.208</b>	<b>4.642.358</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>24.358.063</b>	<b>18.917.079</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

**(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)**

	Nota	2019	2018
<b>Receita</b>	24	15.918.741	13.756.860
<b>Custos operacionais</b>	25		
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(7.516.878)	(7.237.526)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.458.939)	(1.463.469)
		(8.975.817)	(8.700.995)
<b>Custos</b>			
Pessoal e administradores		(674.042)	(744.158)
Materiais		(51.067)	(37.236)
Serviços de terceiros		(901.917)	(772.772)
Amortização		(532.842)	(528.545)
Provisões operacionais, líquidas	25d	(894.736)	(24.835)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(936.332)	(756.964)
Outros		(65.123)	(55.517)
		(4.056.059)	(2.920.027)
<b>Custo total</b>		<b>(13.031.876)</b>	<b>(11.621.022)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.886.865</b>	<b>2.135.838</b>
<b>Despesa operacional</b>	25		
Despesas com vendas		(199.142)	(270.722)
Despesas gerais e administrativas		(447.411)	(481.158)
Outras despesas operacionais, líquidas		(692.528)	(445.453)
		(1.339.081)	(1.197.333)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b>1.547.784</b>	<b>938.505</b>
Receitas financeiras	26	1.534.795	433.976
Despesas financeiras	26	(632.406)	(620.874)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>2.450.173</b>	<b>751.607</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	10c	(843.008)	(214.606)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	37.201	(2.131)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.644.366</b>	<b>534.870</b>
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	23	<b>0,6970</b>	<b>0,2267</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

**(Em milhares de Reais)**

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.644.366	534.870
Outros componentes do resultado abrangente		
<b>Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes</b>		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 21)	(1.088.005)	(527.744)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 10)	369.922	179.433
	<b>(718.083)</b>	<b>(348.311)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>926.283</b>	<b>186.559</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>2.771.998</b>	<b>1.500.000</b>	<b>392.497</b>	<b>(927.185)</b>	-	<b>3.737.310</b>
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9, líquido de impostos	-	-	-	-	(99.076)	(99.076)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	534.870	534.870
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(348.311)	-	(348.311)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	-	-	-	<b>(348.311)</b>	<b>534.870</b>	<b>186.559</b>
Reserva legal	-	-	26.744	-	(26.744)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,0424 por ação)	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos estatutários (R\$0,0773 por ação)	-	-	-	-	(182.435)	(182.435)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	9.237	-	(9.237)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	117.378	-	(117.378)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 23)	-	1.100.000	-	-	-	1.100.000
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>2.771.998</b>	<b>2.600.000</b>	<b>545.856</b>	<b>(1.275.496)</b>	-	<b>4.642.358</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.644.366	1.644.366
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	(718.083)	-	(718.083)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	-	-	-	<b>(718.083)</b>	<b>1.644.366</b>	<b>926.283</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 23)	2.600.000	(2.600.000)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	82.218	-	(82.218)	-
Juros s/ capital próprio (R\$0,1081/ação)	-	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Dividendos estatutários (R\$0,2566/ação)	-	-	-	-	(605.433)	(605.433)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	19.422	-	(19.422)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	682.293	-	(682.293)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>5.371.998</b>	-	<b>1.329.789</b>	<b>(1.993.579)</b>	-	<b>4.708.208</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		1.644.366	534.870
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	21	317.300	273.383
Amortização	15b e 16	652.208	594.922
Provisões operacionais	25d	1.100.647	290.171
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de ativos de contrato		2.665	42.029
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	13a e 15b	15.991	22.908
Juros e variações monetárias		383.253	489.736
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	13a	(17.839)	(325)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	25.737	12.606
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo atualização financeira	9	(1.821.153)	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	24	(57.988)	(1.973.064)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	(37.201)	2.131
		<u>2.207.986</u>	<u>289.367</u>
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		(360.831)	(423.056)
Concessionários - transporte de energia		(42.358)	(73.656)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13b	362.469	908.604
Tributos compensáveis		(8.786)	52.060
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(19.755)	(12.411)
Depósitos vinculados a litígios		(38.458)	(53.479)
Contribuição de iluminação pública		(15.873)	(271)
Reembolso subsídios tarifários		(11.203)	(9.125)
Subvenção baixa renda		650	(3.572)
Outros		<u>33.351</u>	<u>(57.343)</u>
		(100.794)	327.751
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		322.580	(485.365)
Impostos, taxas e contribuições		(207.641)	(19.328)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		843.008	-
Salários e encargos sociais		(62.191)	58.577
Contribuição de iluminação pública		(29.553)	6.636
Encargos regulatórios		(105.823)	(48.854)
Obrigações pós-emprego	21	(247.050)	(221.236)
Participação dos empregados e administradores no resultado		99.689	48.106
Outros		<u>(166.765)</u>	<u>(111.701)</u>
		446.254	(773.165)
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>		<b>2.553.446</b>	<b>(156.047)</b>
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(441.750)	(406.841)
Juros pagos de arrendamento	16	(3.934)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(893.937)</u>	<u>(196.956)</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>1.213.825</b>	<b>(759.844)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira		367.718	(167.461)
No intangível	15	(31.909)	(28.157)
No ativo de contrato	14	(883.762)	(700.349)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(547.953)</b>	<b>(895.967)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures, obtidos líquidos	19	3.626.722	941.735
Pagamento de arrendamento	16	(69.585)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(4.172.532)	(455.507)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	23	(267.435)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.100.000
<b>CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(882.830)</b>	<b>1.586.228</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	451.304	520.887
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>5</b>	<b>234.346</b>	<b>451.304</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	2019		2018
<b>Receitas</b>			
Venda de energia e serviços	24.175.237		23.225.361
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	936.332		756.964
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	17.839		325
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	830.343		-
Outras receitas	47.229		55.181
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(199.142)		(270.722)
	<u>25.807.838</u>		<u>23.767.109</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(8.173.285)		(7.919.703)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.607.646)		(1.612.638)
Serviços de terceiros	(1.357.014)		(1.220.147)
Materiais	(527.507)		(370.765)
Outros custos operacionais	(1.247.916)		(308.933)
	<u>(12.913.368)</u>		<u>(11.432.186)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b><u>12.894.470</u></b>		<b><u>12.334.923</u></b>
<b>Retenções</b>			
Amortização	(652.208)		(594.922)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b><u>12.242.262</u></b>		<b><u>11.740.001</u></b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	1.534.795		433.976
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b><u>13.777.057</u></b>		<b><u>12.173.977</u></b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
		%	%
<b>Empregados</b>	<b>1.287.759</b>	<b>9,35</b>	<b>1.175.739</b>
Remuneração direta	832.281	6,04	739.496
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	387.311	2,81	324.671
FGTS	53.439	0,39	43.874
Programa de desligamento voluntário programado	14.728	0,11	67.698
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>10.167.005</b>	<b>73,80</b>	<b>9.739.510</b>
Federais	4.740.874	34,41	4.910.435
Estaduais	5.420.616	39,35	4.823.678
Municipais	5.515	0,04	5.397
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>677.927</b>	<b>4,92</b>	<b>723.858</b>
Juros	658.379	4,78	649.332
Aluguéis	19.548	0,14	74.526
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>1.644.366</b>	<b>11,93</b>	<b>534.870</b>
Juros sobre capital próprio	255.000	1,85	100.000
Dividendos	605.433	4,39	182.434
Lucros retidos	783.933	5,69	252.436
	<u><b>13.777.057</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>12.173.977</b></u>
			<u><b>100,00</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.537.040 consumidores em 31 de dezembro de 2019 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 19 de março de 2020, a Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **2.2. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 13 - Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 14 - Ativos de contrato;
- Nota 15 - Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 16 - Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 21 - Obrigações pós-emprego;
- Nota 22 - Provisões;
- Nota 24 - Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 28 - Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.5. Demonstrações Contábeis Regulatórias**

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MSCE, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR's, apresentadas de forma independente das demonstrações financeiras societárias, sendo disponibilizadas no sítio eletrônico do órgão regulador e da Companhia até 30 de abril do ano subsequente.

## **2.6. Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019**

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

### IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não rerepresentará informações e saldos em base comparativa.

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentado a seguir:

	01/01/2019
Ativo - Direito de uso	261.332
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(261.332)

### IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

#### Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019:

- IAS 12/CPC 32: estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimento dos dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista a legislação tributária brasileira aplicável a suas transações;
- IAS 19/CPC 33: altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

Outros pronunciamentos técnicos foram revisados, porém sem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### **2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As principais alterações nas normas foram refletidas nos CPCs por meio da Revisão CPC 14/2019, e estão descritas a seguir:

CPC 26 (R1) e IAS 8: Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Além das alterações previstas na Revisão CPC 14/2019, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 - Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

## 2.8. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 - Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

### a) Instrumentos Financeiros

*Valor justo por meio do resultado* - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

*Custo amortizado* - encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, depósitos vinculados a litígios, fundos vinculados, valores a receber e a pagar a partes relacionadas, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), subvenção de baixa renda, reembolso subsídios tarifários, empréstimos e financiamentos, debêntures, e fornecedores.

### b) Consumidores e revendedores e concessionários - transporte de energia

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia - são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Companhia adota em sua análise uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A Cemig D revisou em 2019 a premissa utilizada para cálculo dos percentuais históricos de inadimplência da matriz de provisão, que passou de 12 para 24 meses, com o objetivo de aprimorar a modelagem de apuração, tendo como base estudos sobre o comportamento da dívida dos seus clientes entre o período de 12 e 24 meses de vencimento, utilizando as ferramentas de cobrança existentes.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração, que levam em consideração: (i) histórico da dívida; (ii) as negociações em andamento e iniciativas para recebimento dos créditos; e (iii) as garantias reais.

c) Ativos vinculados à concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

d) Ativos intangíveis

Compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

f) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais (ver nota explicativa nº 21) e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes, com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.



*Benefícios de curto prazo a empregados* - A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

g) Imposto de renda e contribuição social

**Corrente**

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

**Diferido**

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

h) Subvenções governamentais

A Cemig possui empreendimentos na área incentivada da SUDENE, para os quais reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais.

Adicionalmente, a Cemig recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica - TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando a Companhia adquire o direito de recebê-los.

i) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, em conformidade à regulamentação do setor. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 13.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Companhia.

j) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígio e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

l) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou Estatuto social. Diante da legislação aplicável e da previsão no Estatuto da Companhia de um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

### **3. DAS CONCESSÕES**

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“custos da parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“custos da parcela B”).

#### Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;

- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECI e FECI) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR<sup>1</sup> (-) juros da dívida<sup>2</sup>  $\geq 0$ ;
- LAJIDA<sup>3</sup>  $\geq 0$  (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR]  $\geq 0$  (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida<sup>4</sup> / [LAJIDA (-) QRR]}  $\leq 1 / (80\% \text{ da Selic})$  (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]}  $\leq 1 / (111\% \text{ da Selic})$  (até o término de 2020).

1. QRR - Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da Selic;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

#### 4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Contas bancárias	192.772	92.756
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	36.198	226.030
Overnight (2)	5.376	132.518
	<b>41.574</b>	<b>358.548</b>
	<b>234.346</b>	<b>451.304</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 70% a 104% em 2019 (40% a 104% em 2018), conforme operação.
- (2) As operações de *Overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 4,39% a.a. em 2019 (6,39% a.a. em 2018).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Certificados de Depósitos Bancários (1)	221	196
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	95.204	308.370
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	13.900	147.372
Debêntures (4)	732	8.704
Outros	208	326
	<b>110.265</b>	<b>464.968</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>109.960</b>	<b>408.769</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>305</b>	<b>56.199</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual de 80% a 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), em 2019 (80% em 2018), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 101,95% a 113% do CDI (102,00% a 111,25% do CDI em 2018).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data do vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 108,25% a 113,00% do CDI em 2019 (104,25% a 151,00% do CDI em 2018).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 27.

## 7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	2019	2018
Residencial	660.322	337.228	413.977	141.377	76.050	1.628.954	1.588.577
Industrial	59.533	68.028	29.325	19.850	130.643	307.379	345.390
Comércio, serviços e outras	367.979	191.235	106.377	56.467	94.525	816.583	741.981
Rural	138.206	73.687	74.680	48.459	21.271	356.303	342.549
Poder público	57.159	36.618	54.682	82.606	190.969	422.034	299.679
Iluminação pública	2.074	31.547	-	946	95	34.662	43.464
Serviço público	68.627	30.542	6.649	7.436	19.823	133.077	128.291
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>1.353.900</b>	<b>768.885</b>	<b>685.690</b>	<b>357.141</b>	<b>533.376</b>	<b>3.698.992</b>	<b>3.489.931</b>
Concessionários - transporte de energia	76.419	192.265	16.452	5.529	76.764	367.429	338.014
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(159.437)	(11.038)	(11.675)	(5.164)	(544.204)	(731.518)	(697.089)
	<b>1.270.882</b>	<b>950.112</b>	<b>690.467</b>	<b>357.506</b>	<b>65.936</b>	<b>3.334.903</b>	<b>3.130.856</b>
<b>Ativo circulante</b>							
Consumidores e revendedores						3.021.551	2.859.862
Concessionários - transporte de energia						242.229	195.122
<b>Ativo não circulante</b>							
Consumidores e revendedores						711	711
Concessionários - transporte de energia						70.412	75.161

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 27.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2019	2018
Residencial	127.747	133.652
Industrial	132.663	130.747
Comércio, serviços e outras	153.819	181.993
Rural	30.248	31.846
Poder público	200.302	119.343
Iluminação pública	1.123	4.694
Serviço público	30.829	27.084
Concessionários - transporte de energia	54.787	67.730
	<b>731.518</b>	<b>697.089</b>

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>489.538</b>
Adoção inicial CPC.48 / IFRS 9	150.114
Constituições, líquidas	270.722
Baixas	(213.285)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>697.089</b>
Constituições, líquidas (nota 25)	199.142
Baixas	(164.713)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>731.518</b>

Em 2019, como resultado da alteração das premissas para cálculo da PCLD apresentadas na nota explicativa nº 2.8b, o percentual das perdas em relação ao fornecimento bruto de energia elétrica da Companhia reduziu, gerando um impacto de R\$46 milhões no saldo da provisão em 31 de dezembro de 2019.

## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	25.743	34.724
Cofins	1.713	15.154
PIS/Pasep	1.301	3.659
Outros	344	304
	<b>29.101</b>	<b>53.841</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS a recuperar (2)	215.189	181.663
Cofins (1)	4.047.607	-
PIS/Pasep (1)	878.757	-
	<b>5.141.553</b>	<b>181.663</b>
	<b>5.170.654</b>	<b>235.504</b>

(1) Créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes na nota explicativa nº 9.

(2) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

## 9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS - AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos 10 anos anteriores, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia obteve liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia manteve esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e a partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia baixou os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011, e foi constituído um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de a empresa excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado da ação, a Companhia solicitou a liberação dos seus depósitos judiciais no montante de R\$1.181.808 em 31 de dezembro de 2019. Em 13 de fevereiro de 2020, como resultado da decisão do juízo da 7ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, a Companhia levantou os valores que se encontravam depositados em juízo no montante atualizado de R\$1.186.402.



Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo aplicável para cálculo de tal devolução de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização, apresentado na nota explicativa nº 18.

Os valores referentes aos créditos da Companhia deverão ser restituídos aos consumidores a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, ainda pendentes de habilitação pela Receita Federal, sendo que deverão ser discutidos junto à Aneel os mecanismos e critérios de ressarcimento.

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal. A opção de compensação será priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2019:

Créditos de PIS/Pasep e Cofins	
<b>Efeitos no balanço patrimonial</b>	
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	4.926.364
Valores a serem restituídos a consumidores (1)	(3.037.989)
Impostos, taxas e contribuições (2)	(44.564)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(626.896)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.216.915</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>	
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins - outras receitas operacionais (nota 9) (3)	830.343
Receita financeira (4)	1.034.352
PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira (4)	(20.884)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(626.896)
<b>Lucro líquido no exercício</b>	<b>1.216.915</b>

- (1) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins da Companhia reconhecidos em 2019. O montante total dessa rubrica, apresentado no balanço, alcança R\$4.193.329, sendo que a diferença, de R\$1.155.340, se refere ao saldo atualizado do passivo constituído pela reversão da provisão vinculada aos valores depositados em juízo no período entre 2008 e 2011, registrada em 2017.
- (2) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos. As contribuições incidentes sobre os créditos a serem restituídos a consumidores reduzem o seu saldo, sem efeitos no resultado.
- (3) Referem-se aos valores reconhecidos no resultado operacional de 2019, no montante de R\$3.228.842, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, no montante de R\$2.398.499.
- (4) Inclui a atualização financeira desde a data do reconhecimento dos créditos até 31 de dezembro de 2019, líquida de PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira, no montante de R\$22.658.

No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins nos faturamentos dos clientes da Companhia a partir de junho de 2019, representando uma redução média de aproximadamente 1% no valor das faturas.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do imposto de renda da pessoa jurídica - DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	163.015	106.970
Contribuição social	72.730	58.091
	<b>235.745</b>	<b>165.061</b>

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2019	2018
<b>Ativos fiscais diferidos</b>		
Prejuízo fiscal / base negativa	-	253.692
Obrigações pós-emprego	1.411.395	996.506
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	270.605	257.225
Provisão para redução a valor recuperável	18.299	16.478
Provisões operacionais	-	17.198
Provisões para contingências	351.827	149.562
Taxa de administração	5.625	6.000
Participação de empregados e administradores no resultado	51.330	17.434
Outros	5.003	2.200
	<b>2.114.084</b>	<b>1.716.295</b>
<b>Passivos fiscais diferidos</b>		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(202.548)	(205.617)
Encargos financeiros capitalizados	(166.478)	(167.454)
Custo de captação	(3.514)	(8.803)
	<b>(372.540)</b>	<b>(381.874)</b>
<b>Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial</b>	<b>1.741.544</b>	<b>1.334.421</b>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.106.081</b>
Efeitos alocados ao resultado	(2.131)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9 - efeitos alocados ao patrimônio líquido	51.038
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	179.433
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.334.421</b>
Efeitos alocados ao resultado	37.201
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	369.922
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.741.544</b>

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

Em 19 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, referente à projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. O referido estudo foi também submetido ao exame do Conselho Fiscal nesta mesma data.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2019, conforme abaixo:

	2019
2020	321.898
2021	270.568
2022	270.568
2023	270.568
2024	270.568
2025 a 2027	425.948
2028 a 2029	283.966
	<b>2.114.084</b>

### c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2019	2018
Resultado antes dos impostos	2.450.173	751.607
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(833.059)	(255.546)
<b>Efeitos fiscais incidentes sobre:</b>		
JCP declarado	86.700	34.000
Incentivos fiscais	50.380	18.714
Contribuições e doações indedutíveis	(8.911)	(3.133)
Multas indedutíveis	(100.647)	(11.355)
Outros	(270)	583
<b>Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva</b>	<b>(805.807)</b>	<b>(216.737)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>32,89%</b>	<b>28,84%</b>
<b>Corrente</b>	<b>(843.008)</b>	<b>(214.606)</b>
<b>Diferido</b>	<b>37.201</b>	<b>(2.131)</b>

## 11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2019	2018
<b>Trabalhista</b>	280.542	262.715
<b>Obrigações fiscais</b>		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	11.105	10.796
PIS/Pasep e Cofins - exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	1.181.808	1.148.604
IR/INSS indenização do anuênio (2)	202.042	196.885
Outros	34.113	35.590
	<b>1.429.068</b>	<b>1.391.875</b>
<b>Outros</b>		
Regulatório	20.326	19.599
Cível	6.725	5.704
Relações de consumo	4.412	4.192
Bloqueio judicial	6.502	5.647
Outros	18.467	17.936
	<b>56.432</b>	<b>53.078</b>
	<b>1.766.042</b>	<b>1.707.668</b>

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Esse depósito foi levantado pela Cemig D em 13 de fevereiro de 2020, no montante atualizado de R\$1.186.402. Maiores detalhes ver a nota explicativa nº 9 - Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS - Ação judicial com trânsito em julgado.
- (2) Ver detalhes na nota explicativa nº 22 - Provisões (indenização do anuênio).

## 12. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 2019, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$1.079.262 (R\$953.140 em 2018). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$93.673 (R\$82.470 em 2018), reconhecidos no ativo circulante.

## 13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

	2019	2018
Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura (a)	459.711	395.743
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	881.614	1.080.693
	<b>1.341.325</b>	<b>1.476.436</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>640.161</b>	<b>646.874</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>701.164</b>	<b>829.562</b>

### a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>369.762</b>
Transferências de ativos de contrato (nota 14)	26.695
Outras transferências	(50)
Baixas	(989)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	325
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>395.743</b>
Transferências de ativos de contrato (nota 14)	48.168
Transferências para o ativo intangível (nota 15)	(1.142)
Baixas	(897)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	17.839
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>459.711</b>

**b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros**

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem os saldos desses ativos e passivos setoriais, devendo ser ressaltado que nas demonstrações financeiras os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Ativo</b>	<b>1.286.413</b>	<b>2.144.280</b>	<b>3.430.693</b>	<b>1.184.458</b>	<b>2.545.994</b>	<b>3.730.452</b>
Ativo circulante	1.286.413	1.269.049	2.555.462	1.184.458	1.505.264	2.689.722
Ativo não circulante	-	875.231	875.231	-	1.040.730	1.040.730
<b>Passivo</b>	<b>(882.425)</b>	<b>(1.666.654)</b>	<b>(2.549.079)</b>	<b>(1.140.507)</b>	<b>(1.509.252)</b>	<b>(2.649.759)</b>
Passivo circulante	(882.425)	(1.032.876)	(1.915.301)	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)
Passivo não circulante	-	(633.778)	(633.778)	-	(606.911)	(606.911)
<b>Total circulante líquido</b>	<b>403.988</b>	<b>236.173</b>	<b>640.161</b>	<b>43.951</b>	<b>602.923</b>	<b>646.874</b>
<b>Total não circulante líquido</b>	<b>-</b>	<b>241.453</b>	<b>241.453</b>	<b>-</b>	<b>433.819</b>	<b>433.819</b>
<b>Total líquido</b>	<b>403.988</b>	<b>477.626</b>	<b>881.614</b>	<b>43.951</b>	<b>1.036.742</b>	<b>1.080.693</b>

COMPONENTES FINANCEIROS	31/12/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Itens da “Parcela A”</b>						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	118.775	29.398	148.173	1.172	220.016	221.188
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(18.157)	113.801	95.644	24.263	(5.577)	18.686
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	8.691	16.069	24.760	2.266	15.580	17.846
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	10.542	(5.859)	4.683	3.106	5.154	8.260
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	(161.253)	(135.703)	(296.956)	(246.181)	(287.474)	(533.655)
Energia elétrica comprada para revenda	661.108	631.920	1.293.028	667.149	1.401.917	2.069.066
<b>Outros componentes financeiros</b>						
Sobrecontratação de energia (1)	(83.718)	215.508	131.790	(204.056)	(12.920)	(216.976)
Neutralidade da parcela A	(29.697)	(11.915)	(41.612)	53.008	(14.883)	38.125
Outros itens financeiros	(70.219)	(206.481)	(276.700)	(235.964)	(211.525)	(447.489)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(102.976)	(102.976)	-	(11.215)	(11.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(32.084)	(66.136)	(98.220)	(20.812)	(62.331)	(83.143)
<b>TOTAL</b>	<b>403.988</b>	<b>477.626</b>	<b>881.614</b>	<b>43.951</b>	<b>1.036.742</b>	<b>1.080.693</b>

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, quando da publicação, pela Aneel, do Despacho que oficialize os valores em questão, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação à realização desses valores. A Companhia reconhece esse direito, no montante de R\$216.852, como outros componentes financeiros a serem homologados.
- (2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela Aneel.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(45.790)</b>
Constituição líquida de ativos financeiros	1.638.462
Realização	334.602
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT	(793.822)
Outros - Ressarcimento P&D	(114.782)
Atualização Selic	62.023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.080.693</b>
Constituição líquida de ativos financeiros	723.680
Realização	(665.692)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT	(362.469)
Atualização Selic	105.402
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>881.614</b>

#### Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$362.469 (R\$793.822 em 2018) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

## 14. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contrato de cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida da receita da receita de construção da infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15	531.750
Adições	726.713
Transferências para o ativo financeiro (nota 13)	(26.695)
Transferências para o ativo intangível (nota 15)	(671.577)
Perda por redução ao valor recuperável	(42.029)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>518.162</b>
Adições	902.421
Transferências para o ativo financeiro (nota 13)	(48.168)
Transferências para o ativo intangível (nota 15)	(629.706)
Perda por redução ao valor recuperável	(2.665)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>740.044</b>

Dentre as adições realizadas no exercício de 2019, no montante de R\$902.421, está contemplado R\$18.659 (R\$26.364 em 2018) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 19.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou complemento da perda por redução ao valor recuperável de determinados ativos em curso há longa data, no montante de R\$28.681 (R\$42.029 em 2018), tendo sido revertido o montante de R\$26.016 da provisão constituída em 31 de dezembro de 2018. Estes montantes são reconhecidos em Outras Despesas Operacionais Líquidas. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

## 15. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

### a) Composição do saldo

	2019			2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
<b>Ativos da concessão</b>	<b>20.901.165</b>	<b>(9.128.241)</b>	<b>11.772.924</b>	<b>20.308.857</b>	<b>(8.578.754)</b>	<b>11.730.103</b>
( - ) Obrigações especiais	(4.184.097)	1.275.409	(2.908.688)	(4.019.750)	1.123.616	(2.896.134)
<b>Ativos da concessão líquidos</b>	<b>16.717.068</b>	<b>(7.852.832)</b>	<b>8.864.236</b>	<b>16.289.107</b>	<b>(7.455.138)</b>	<b>8.833.969</b>
Intangível em curso	74.384	-	74.384	56.101	-	56.101
<b>Total do intangível</b>	<b>16.791.452</b>	<b>(7.852.832)</b>	<b>8.938.620</b>	<b>16.345.208</b>	<b>(7.455.138)</b>	<b>8.890.070</b>

### b) Movimentação do ativo intangível

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>9.336.486</b>
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15	(531.750)
Adições	30.251
Outras transferências	347
Baixas	(21.919)
Transferência de ativos de contrato (nota 14)	671.577
Amortização	(594.922)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8.890.070</b>
Adições	33.911
Baixas	(15.094)
Transferência de ativos de contrato (nota 14)	629.706
Transferência de ativos financeiros (nota 13)	1.142
Amortização	(601.115)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.938.620</b>

Dentre as adições realizadas no exercício de 2019, no montante de R\$33.911, está contemplado R\$2.002 (R\$2.094 em 2018) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 19.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema - classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema - classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura - poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor - classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores - classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,15%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,88%	15,94%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

## 16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício de 2019 foram imateriais.



As taxas de desconto foram obtidas com referência a dívidas contratadas pela Companhia e por meio de cotações junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia.

#### a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	31/12/2019	01/01/2019
Imóveis	155.218	173.828
Veículos	57.627	87.093
Outros	103	411
	<b>212.948</b>	<b>261.332</b>

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	173.828	87.093	411	261.332
Adição	9.270	285	-	9.555
Amortização (1)	(21.916)	(31.952)	(308)	(54.176)
Remensuração (2)	(5.964)	2.201	-	(3.763)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>155.218</b>	<b>57.627</b>	<b>103</b>	<b>212.948</b>

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$3.083.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

#### b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	261.332
Adição	9.555
Juros incorridos (2)	27.589
Arrendamentos pagos	(69.585)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3.934)
Remensuração (3)	(3.763)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>221.194</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>64.034</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>157.160</b>

- (1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 7,96% a.a., 10,64% a.a. e 13,17% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 2 anos, entre 2 a 5 anos e acima de 5 anos. As taxas aplicadas para os contratos celebrados durante o ano de 2019 foram de 6,87% a.a., 7,33% a.a. e 8,08% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 3 anos, entre 3 a 4 anos e acima de 4 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência cotações obtidas junto a instituições financeiras, sendo essa função do risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação.
- (2) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$1.571.

- (3) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de PIS/Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	551.413	221.194
PIS/Pasep e Cofins potencial	43.279	13.844

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2020	66.939
2021	47.657
2022	20.381
2023	20.331
2024	20.244
2025 a 2045	375.861
<b>Valores não descontados</b>	<b>551.413</b>
Juros embutidos	(330.219)
<b>Passivo de arrendamentos</b>	<b>221.194</b>

## 17. FORNECEDORES

	2019	2018
Energia de curto prazo - CCEE	389.220	114.896
Encargos de uso da rede elétrica (1)	149.887	121.571
Energia elétrica comprada para revenda	447.313	430.687
Itaipu binacional	242.766	268.004
Materiais e serviços	305.503	263.897
	<b>1.534.689</b>	<b>1.199.055</b>

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	2019	2018
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
<b>Circulante</b>		
ICMS	77.390	142.739
Cofins	68.253	102.900
PIS/Pasep	14.644	22.233
INSS	17.426	15.154
ISSQN	6.078	5.225
Outros	8.940	9.474
	<b>192.731</b>	<b>297.725</b>
<b>Não circulante</b>		
Cofins	375	21.439
PIS/Pasep	61	3.484
	<b>436</b>	<b>24.923</b>
	<b>193.167</b>	<b>322.648</b>
<b>Valores a serem restituídos a consumidores</b>		
<b>Não circulante</b>		
PIS/Pasep e Cofins (1)	4.193.329	1.123.680
	<b>4.193.329</b>	<b>1.123.680</b>

(1) Valores a serem restituídos a consumidores relativos aos créditos de PIS/Pasep e Cofins levantados pela Companhia. Detalhes na nota explicativa nº 9.

## 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2019						2018
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.842	16.209	18.051	25.936
<b>Dívida em moeda estrangeira</b>				<b>1.842</b>	<b>16.209</b>	<b>18.051</b>	<b>25.936</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	502.531
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	11.221	9.047	20.268	33.182
Grandes Consumidores (2)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	3.485	2.097	5.582	4.985
Caixa Econômica Federal (5)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	626.632
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (5)	2019	151,00% do CDI	R\$	-	-	-	425.571
(-) FIC Pampulha				-	-	-	(13.015)
(-) Custos de transação				-	-	-	(12.074)
<b>Dívida em moeda nacional</b>				<b>14.706</b>	<b>11.144</b>	<b>25.850</b>	<b>1.567.812</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				<b>16.548</b>	<b>27.353</b>	<b>43.901</b>	<b>1.593.748</b>
<b>Debêntures</b>							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	568.312	540.633	1.108.945	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	42.109	948.784	990.893	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3) (5)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (3) (5)	2020	CDI + 1,75%	R\$	-	-	-	551.214
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (3)	2024	CDI + 0,454%	R\$	274.083	1.890.000	2.164.083	-
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.420	1.516.622	1.519.042	-
(-) Deságio na emissão de debêntures (4)				-	(21.606)	(21.606)	-
(-) Custos de transação				(523)	(9.813)	(10.336)	(13.816)
<b>Total de debêntures</b>				<b>886.401</b>	<b>4.864.620</b>	<b>5.751.021</b>	<b>4.669.660</b>
<b>Total geral</b>				<b>902.949</b>	<b>4.891.973</b>	<b>5.794.922</b>	<b>6.263.408</b>

(1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$181.716, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$ 163.666. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%);

(3) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(4) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

(5) Os recursos incorporados ao caixa da Companhia por meio da distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 22 de julho de 2019, permitiram o pré-pagamento integral do saldo devedor da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022. Tais pré-pagamentos, realizados em 24 de julho de 2019, totalizam R\$3.644 milhões em principal, juros e encargos. Essas iniciativas equilibram o fluxo de caixa e melhoram a qualidade de créditos da Companhia. As alterações no novo perfil de dívida consistiram na extinção de contratos existentes e celebração de novos, sendo os efeitos contábeis das transações refletidas em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC 48 ("Instrumentos Financeiros").

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
<b>Moedas</b>								
Dólar Norte-Americano	1.842	-	-	-	16.209	-	-	18.051
<b>Total por moedas</b>	<b>1.842</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.209</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.051</b>
<b>Indexadores</b>								
IPCA (1)	612.841	540.633	237.196	237.196	237.196	995.507	758.311	3.618.880
UFIR/RGR (2)	11.221	3.407	3.265	2.375	-	-	-	20.268
CDI (3)	274.083	540.000	540.000	540.000	270.000	-	-	2.164.083
IGP-DI (4)	3.485	623	590	590	294	-	-	5.582
<b>Total por Indexadores</b>	<b>901.630</b>	<b>1.084.663</b>	<b>781.051</b>	<b>780.161</b>	<b>507.490</b>	<b>995.507</b>	<b>758.311</b>	<b>5.808.813</b>
(-) Custos de transação	(523)	(899)	(881)	(881)	(512)	(3.392)	(3.248)	(10.336)
(-) Deságio	-	-	-	-	-	(10.803)	(10.803)	(21.606)
<b>Total geral</b>	<b>902.949</b>	<b>1.083.764</b>	<b>780.170</b>	<b>779.280</b>	<b>523.187</b>	<b>981.312</b>	<b>744.260</b>	<b>5.794.922</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);  
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;  
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);  
 (4) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 2019 (%)	Variação acumulada em 2018 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2019 (%)	Variação acumulada em 2018 (%)
Dólar Norte-Americano	4,02	17,13	IPCA	4,31	3,75
			CDI	5,97	6,40

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.682.691</b>
Captações	950.000
Custos de transação	(8.265)
<b>Captações líquidas</b>	<b>941.735</b>
Variação monetária	89.891
Variação cambial	2.584
Encargos financeiros provisionados	409.264
Amortização do custo de transação	12.606
Encargos financeiros pagos	(406.841)
Amortização de principal	(455.507)
<b>Subtotal</b>	<b>6.276.423</b>
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(13.015)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>6.263.408</b>
Captações	3.660.000
Custos de transação	(10.183)
Deságio na emissão de títulos (1)	(23.095)
<b>Captações líquidas</b>	<b>3.626.722</b>
Variação monetária	90.814
Variação cambial	(7.854)
Encargos financeiros provisionados	397.362
Amortização do custo de transação	25.737
Encargos financeiros pagos	(441.750)
Amortização de principal	(4.172.532)
<b>Subtotal</b>	<b>5.781.907</b>
FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	13.015
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.794.922</b>

- (1) Deságio na 2ª série da 7ª emissão de debêntures da Cemig D.

## Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2019	2018
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	397.362	409.264
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (notas 14 e 15)	(20.661)	(28.458)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>376.701</b>	<b>380.806</b>

(1) A taxa média de capitalização foi de 7,31% a.a. em 2019 (9,45% a.a. em 2018).

## Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e fiança	3.652.078
Recebíveis	2.098.943
Ações	37.147
Sem garantia	6.754
<b>TOTAL</b>	<b>5.794.922</b>

## Captações de recursos no exercício

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série	Julho de 2019	2024	CDI + 0,454%	2.160.000
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série	Julho de 2019	2026	IPCA + 4,10%	1.500.000
(-) Custos de transação				(10.183)
(-) Deságio (1)				(23.095)
<b>Total de captações</b>				<b>3.626.722</b>

(1) Deságio na 7ª emissão das debêntures - 2ª série.

## Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures (1)	Dívida líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a: 3,8 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 em diante	Semestral e anual

(1) O título descrito acima possui exigibilidade de cumprimento da cláusula restritiva em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta nota explicativa.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## 20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2019	2018
<b>Passivo</b>		
Eficiência energética	254.595	257.956
Pesquisa e desenvolvimento	78.227	89.601
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	83.871
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	30.994
Taxa de fiscalização da Aneel	1.621	1.477
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	<b>385.329</b>	<b>488.460</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>283.361</b>	<b>369.284</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>101.968</b>	<b>119.176</b>

## 21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários ("Plano B") - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

### **Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras**

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base 31 de dezembro de 2019.

### **Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$410.343 (R\$472.349 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

### **Contrato de equacionamento do déficit do plano A da Forluz**

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2019, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits de 2015, 2016 e 2017 apurados no Plano A é de R\$398.584 (R\$273.462 em 31 de dezembro de 2018, referente aos déficits de 2015 e 2016). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para os déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, e até 2033 para o déficit de 2017. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

## Informações atuariais

2019	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	8.128.669	2.245.400	42.817	426.977	10.843.863
Valor justo dos ativos do plano	(6.314.174)	-	-	-	(6.314.174)
<b>Passivo líquido inicial</b>	<b>1.814.495</b>	<b>2.245.400</b>	<b>42.817</b>	<b>426.977</b>	<b>4.529.689</b>
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	30.610	-	-	-	30.610
<b>Passivo líquido no balanço patrimonial</b>	<b>1.845.105</b>	<b>2.245.400</b>	<b>42.817</b>	<b>426.977</b>	<b>4.560.299</b>

2018	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Valor presente das obrigações	6.815.908	1.695.721	33.979	316.299	8.861.907
Valor justo dos ativos do plano	(5.551.636)	-	-	-	(5.551.636)
<b>Passivo líquido inicial</b>	<b>1.264.272</b>	<b>1.695.721</b>	<b>33.979</b>	<b>316.299</b>	<b>3.310.271</b>
Ajuste ao teto de ativo (Asset Ceiling)	91.773	-	-	-	91.773
<b>Passivo líquido no balanço patrimonial</b>	<b>1.356.045</b>	<b>1.695.721</b>	<b>33.979</b>	<b>316.299</b>	<b>3.402.044</b>

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.515.886</b>	<b>1.299.243</b>	<b>27.405</b>	<b>196.536</b>	<b>8.039.070</b>
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
<b>Perdas (ganhos) atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(874)	-	-	-	(874)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	287.205	293.986	5.877	20.038	607.106
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(39.066)	55.393	(266)	86.690	102.751
	247.265	349.379	5.611	106.728	708.983
Benefícios pagos	(542.050)	(84.274)	(1.751)	(6.590)	(634.665)
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>6.815.908</b>	<b>1.695.721</b>	<b>33.979</b>	<b>316.299</b>	<b>8.861.907</b>
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.821	12.782
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.021	28.433	775.079
<b>Perdas (ganhos) atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	4.177	228	12	(120)	4.297
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.258.739	421.416	8.086	97.749	1.785.990
Decorrentes de ajustes com base na experiência	5.007	60.471	(781)	(9.894)	54.803
	1.267.923	482.115	7.317	87.735	1.845.090
Benefícios pagos	(548.436)	(93.515)	(1.733)	(7.311)	(650.995)
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.128.669</b>	<b>2.245.400</b>	<b>42.817</b>	<b>426.977</b>	<b>10.843.863</b>

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:



	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.256.817</b>
Retorno real dos investimentos	708.248
Contribuições do empregador	128.621
Benefícios pagos	(542.050)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.551.636</b>
Retorno real dos investimentos	1.166.483
Contribuições do empregador	144.491
Benefícios pagos	(548.436)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.314.174</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2019 e 2018 são como segue:

2019	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	361	10.367	233	1.821	12.782
Juros sobre a obrigação atuarial	592.913	150.712	3.021	28.433	775.079
Rendimento sobre os ativos do plano	(470.561)	-	-	-	(470.561)
<b>Despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial</b>	<b>122.713</b>	<b>161.079</b>	<b>3.254</b>	<b>30.254</b>	<b>317.300</b>

2018	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	2.084	7.041	166	1.087	10.378
Juros sobre a obrigação atuarial	592.723	124.332	2.548	18.538	738.141
Rendimento sobre os ativos do plano	(475.136)	-	-	-	(475.136)
<b>Despesa total em 2018 conforme cálculo atuarial</b>	<b>119.671</b>	<b>131.373</b>	<b>2.714</b>	<b>19.625</b>	<b>273.383</b>

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.298.969</b>	<b>1.299.243</b>	<b>27.405</b>	<b>196.536</b>	<b>2.822.153</b>
Despesa reconhecida no resultado	119.671	131.373	2.714	19.625	273.383
Contribuições pagas	(128.621)	(84.274)	(1.751)	(6.590)	(221.236)
Perdas (ganhos) atuariais	66.026	349.379	5.611	106.728	527.744
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.356.045</b>	<b>1.695.721</b>	<b>33.979</b>	<b>316.299</b>	<b>3.402.044</b>
Despesa reconhecida no resultado	122.713	161.079	3.254	30.254	317.300
Contribuições pagas	(144.491)	(93.515)	(1.733)	(7.311)	(247.050)
Perdas (ganhos) atuariais	510.838	482.115	7.317	87.735	1.088.005
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.845.105</b>	<b>2.245.400</b>	<b>42.817</b>	<b>426.977</b>	<b>4.560.299</b>
				<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Passivo circulante</b>				201.241	181.862
<b>Passivo não circulante</b>				4.359.058	3.220.182

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$276.663 (R\$224.041 em 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$40.637 (R\$49.342 em 2018).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2020 é como segue:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	848	15.299	360	2.705	19.212
Juros sobre a obrigação atuarial	542.546	155.733	2.985	30.288	731.552
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(415.724)	-	-	-	(415.724)
<b>Estimativa de despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial</b>	<b>127.670</b>	<b>171.032</b>	<b>3.345</b>	<b>32.993</b>	<b>335.040</b>

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2020 é como segue:

	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	543.986	100.274	1.858	12.228	658.346

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2020 no montante de R\$206.900 para amortização de déficit do Plano A e de R\$54.135 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida
Plano A	Plano B			
9,54	11,55	12,82	13,17	16,93

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2019	2018
Ações	9,51%	7,11%
Títulos de renda fixa	72,28%	71,92%
Imóveis	3,79%	4,69%
Outros	14,42%	16,28%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2019	2018
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	195.339	187.451
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	343.408	431.380
	<b>538.747</b>	<b>618.831</b>

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2019			2018		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,87%	7,09%	7,19%	9,02%	9,13%	9,16%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,87%	Não aplicável	Não aplicável	9,02%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,61%	3,61%	3,61%	4,01%	4,01%	4,01%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,61%	Não aplicável	4,85%	4,01%	Não aplicável	5,26%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	1,00%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	204.672	60.682	944	(10.941)	255.357
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(205.422)	(43.482)	(951)	11.661	(238.194)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	967.448	364.353	7.154	91.775	1.430.730

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## 22. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2018	Adições	Reversões	Liquidações	2019
Trabalhistas	366.951	129.778	(37.411)	(76.403)	382.915
Cíveis					
Relações de consumo	17.945	20.375	(404)	(20.149)	17.767
Outras ações cíveis	28.084	14.933	(11.755)	(14.933)	16.329
	46.029	35.308	(12.159)	(35.082)	34.096
Tributárias	2.111	772.684	(227)	(220)	774.348
Ambientais	1.209	-	(1.207)	-	2
Regulatórias	16.990	111	(415)	(111)	16.575
Outras	6.599	8.305	(31)	(1.658)	13.215
<b>Total</b>	<b>439.889</b>	<b>946.186</b>	<b>(51.450)</b>	<b>(113.474)</b>	<b>1.221.151</b>

	2017	Adições	Reversões	Liquidações	2018
Trabalhistas	384.247	41.570	(17.710)	(41.156)	366.951
Cíveis					
Relações de consumo	17.608	16.532	(425)	(15.770)	17.945
Outras ações cíveis	41.896	6.698	(13.812)	(6.698)	28.084
	59.504	23.230	(14.237)	(22.468)	46.029
Tributárias	5.000	411	(2.889)	(411)	2.111
Ambientais	2	1.207	-	-	1.209
Regulatórias	23.647	4.073	(10.393)	(337)	16.990
Outras	8.577	1.588	(2.015)	(1.551)	6.599
<b>Total</b>	<b>480.977</b>	<b>72.079</b>	<b>(47.244)</b>	<b>(65.923)</b>	<b>439.889</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

### **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

#### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.434.014 (R\$1.495.681 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$373.754 (R\$366.951 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### *Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$97.487 (R\$80.731 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$9.161 foram provisionados, devido à avaliação pela Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em abril de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

### Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$56.211 (R\$51.806 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$17.767 (R\$17.945 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$228.500 (R\$219.513 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$16.329 (R\$28.084 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Tributárias

### *Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$950.209 (R\$742.792 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$772.684 foram provisionados em 2019, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### *Demais ações tributárias*

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$54.579 (R\$41.326 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$1.218 (R\$2.111 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$208.537 (R\$207.586 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$16.575 (R\$16.990 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$321.567 (R\$291.262 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R\$4.002 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$381.826 (R\$110.856 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$9.215 (R\$7.808 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

### Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$202.042 (R\$196.885 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$207.067 (R\$217.451 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

#### *Contribuições previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$93.571 (R\$96.469 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

### *Não homologação da compensação de créditos tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$41.944 (R\$35.913 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### *Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$305.571 (R\$227.080 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### Questões regulatórias

#### *Contribuição para iluminação pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$30.015 (R\$33.220 em 31 de dezembro de 2018).



## Majoração tarifária

### *Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$326.719 (R\$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

## Outros passivos contingentes

### *Desequilíbrio contratual*

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$148.904 (R\$90.288 em 31 de dezembro de 2018) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

## **23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

### **a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998 (R\$2.771.998 em 31 de dezembro de 2018), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

### **b) Aumento de capital**

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de agosto de 2019 aprovou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, no valor de R\$2.600.000, em capital social. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$2.771.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, para R\$5.371.998, sendo mantidos o número e características das ações.

### c) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2019	2018
<b>Número médio ponderado de ações</b>	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do exercício	1.644.366	534.870
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	<b>0,6970</b>	<b>0,2267</b>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

### d) Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego, que consistem dos ganhos ou das perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.993.579 (R\$1.275.496 em 31 de dezembro de 2018).

### e) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Os dividendos declarados são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 16 de dezembro de 2019, a Diretoria Executiva deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$255.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$86.700, reconhecidos no resultado do exercício de 2019.

	2019
<b>Dividendos obrigatórios</b>	
Lucro líquido do exercício	1.644.366
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	822.183
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	38.250
	<b>860.433</b>
<b>Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto</b>	
Dividendos estatutários	605.433
Juros sobre capital próprio	255.000
	<b>860.433</b>
<b>Dividendos por ação - R\$</b>	
Dividendos obrigatórios registrados em conformidade ao estatuto	0,3647

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-
Dividendos estatutários	182.435
Declaração de juros sobre capital próprio	100.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(15.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>267.435</b>
Dividendos estatutários	605.433
Declaração de juros sobre capital próprio	255.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(38.250)
Pagamentos	(267.435)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>822.183</b>

### Proposta de destinação do lucro de 2019

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2020, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2019, no montante de R\$1.644.366:

- R\$82.218, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$255.000 de dividendos mínimos obrigatórios através de juros sobre o capital próprio (“JCP”), declarados em 16 de dezembro de 2019;
- R\$605.433 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$19.422 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2019 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$682.293 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2020.

### **f) Reservas de lucros**

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2019	2018
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva legal	333.948	251.730
Reserva de incentivos fiscais – SUDENE	37.308	17.886
Reserva de retenção de lucros	958.533	276.240
	<b>1.329.789</b>	<b>545.856</b>

### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital conforme demonstrado a seguir.

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.644.366	534.870
Reserva legal	5%	5%
<b>Reserva legal constituída</b>	<b>82.218</b>	<b>26.744</b>

### Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

### Reserva de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$37.308 (R\$17.886 em 31 de dezembro de 2018).

## 24. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2019	2018
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	19.966.951	17.885.000
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	2.746.532	2.066.845
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	57.988	1.973.064
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	936.332	756.964
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	17.839	325
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(57.897)	(44.326)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	830.343	-
Outras receitas operacionais (f)	1.461.663	1.344.778
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(10.041.010)	(10.225.790)
	<b>15.918.741</b>	<b>13.756.860</b>

### a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Residencial	10.538.342	10.266.434	9.668.234	8.657.641
Industrial	2.383.097	2.588.370	1.581.092	1.613.072
Comércio, serviços e outros	5.214.433	5.190.325	4.549.469	3.969.715
Rural	3.792.159	3.614.059	2.057.510	1.793.128
Poder público	904.879	871.325	653.551	574.975
Iluminação pública	1.357.293	1.383.878	614.319	585.260
Serviço público	1.371.992	1.315.479	724.904	646.399
<b>Subtotal</b>	<b>25.562.195</b>	<b>25.229.870</b>	<b>19.849.079</b>	<b>17.840.190</b>
Consumo próprio	37.827	41.244	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	117.872	44.810
<b>Total</b>	<b>25.600.022</b>	<b>25.271.114</b>	<b>19.966.951</b>	<b>17.885.000</b>

(\*) Valores em MWh não auditados pelos auditores independentes.

## b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

## c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme descrito na nota explicativa nº 13b.

## d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

## e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

## f) Outras receitas operacionais

	2019	2018
Serviço taxado	17.351	13.915
Outras prestações de serviços	10.582	20.354
Subvenções (1)	1.248.458	1.117.210
Aluguel e arrendamento	190.833	97.015
Transações na CCEE	(6.561)	7.586
Ressarcimento de energia descontratada (2)	-	84.092
Outras	1.000	4.606
	<b>1.461.663</b>	<b>1.344.778</b>

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás;

(2) Ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição. O valor foi liquidado em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela Selic, tendo sido a última parcela recebida em janeiro de 2020.

## g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2019	2018
<b>Impostos sobre a receita</b>		
ICMS	5.418.597	4.821.866
PIS/Pasep	349.309	383.994
Cofins	1.608.939	1.768.648
ISSQN	756	927
	<b>7.377.601</b>	<b>6.975.435</b>
<b>Encargos do consumidor</b>		
Programa de eficiência energética - PEE	68.584	64.309
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.213.435	2.450.044
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	27.434	25.724
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	27.434	25.724
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	13.717	12.862
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	294.004	654.470
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	18.801	17.222
	<b>2.663.409</b>	<b>3.250.355</b>
	<b>10.041.010</b>	<b>10.225.790</b>

## 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
<b>Pessoal (a)</b>	<b>869.289</b>	<b>965.345</b>
Participação de empregados e administradores no resultado	182.856	50.506
Obrigações pós-emprego	276.663	224.041
Materiais	62.632	57.526
Serviços de terceiros (b)	1.015.880	880.318
Energia elétrica comprada para revenda (c)	7.516.878	7.237.526
Amortização (nota 15b)	601.115	594.922
Amortização direito de uso - arrendamento	51.093	-
Provisões operacionais (d)	1.100.647	290.171
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.458.939	1.463.469
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (e)	936.332	756.964
Outras despesas operacionais líquidas (f)	298.633	297.567
	<b>14.370.957</b>	<b>12.818.355</b>

### a) Despesas com pessoal

#### Programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019)

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tivessem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 1º a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019 incluindo as verbas rescisórias foi de R\$65.312, correspondente à adesão total de 407 empregados, sendo R\$50.584 reconhecidos no resultado do exercício de 2018 (365 empregados) e R\$14.728 reconhecidos em 2019 (108 empregados).

## b) Serviços de terceiros

	2019	2018
Leitura de medidores e entrega de contas	126.801	126.940
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	361.850	293.016
Comunicação	64.623	65.858
Conservação e limpeza de prédios	81.246	79.019
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	57.484	37.223
Corte e religação	70.366	61.653
Podas de árvores	45.991	27.895
Serviços advocatícios e custas processuais	17.997	18.169
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.194	3.004
Serviços de tecnologia da informação	47.413	42.976
Mão de obra contratada	9.964	12.620
Hospedagem e alimentação	9.844	8.571
Vigilância	9.396	9.847
Impressão de fatura de energia elétrica	1.147	1.779
Manutenção e conservação de veículos	2.481	1.755
Reprografia e publicações legais	18.484	17.681
Consultoria	6.605	3.429
Despesas com transporte - pessoa jurídica	5.685	6.815
Inspeção de unidades consumidoras	14.124	9.562
Fretes e passagens	3.168	2.870
Outros	57.017	49.636
	<b>1.015.880</b>	<b>880.318</b>

## c) Energia elétrica comprada para revenda

	2019	2018
Energia de Itaipu binacional	1.429.355	1.350.891
Contratos por cotas de garantia física	754.595	698.310
Cotas das usinas de Angra I e II	269.172	266.846
Energia de curto prazo - CCEE	1.773.539	1.496.314
Contratos bilaterais	310.979	292.661
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	3.053.341	3.397.462
PROINFA	375.442	324.545
Geração distribuída	206.862	92.673
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(656.407)	(682.176)
	<b>7.516.878</b>	<b>7.237.526</b>

## d) Provisões (reversões) operacionais

	2019	2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	199.142	270.722
Perda estimada para outros créditos a receber (reversão) (1)	6.769	(5.386)
Provisão (reversão) para contingências (nota 22)		
Trabalhistas	92.367	23.860
Cíveis	23.149	8.993
Tributárias	772.457	(2.478)
Ambientais	(1.207)	1.207
Regulatórias	(304)	(6.320)
Outras	8.274	(427)
	894.736	24.835
	<b>1.100.647</b>	<b>290.171</b>

(1) Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como despesa operacional.

## e) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	2019	2018
Pessoal	76.240	63.417
Materiais	464.875	313.239
Serviços de terceiros	341.127	339.823
Encargos financeiros	20.661	28.458
Aquisição de imóveis e instalações	2.870	1.736
Impostos e taxas	1.641	592
Outros	28.918	9.699
	<b>936.332</b>	<b>756.964</b>

## f) Outras despesas operacionais líquidas

	2019	2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	14.887	71.530
Propaganda e publicidade	4.044	8.336
Consumo próprio de energia elétrica	21.992	26.511
Subvenções e doações	29.032	13.092
Anuidade CCEE	3.128	2.868
Seguros	4.136	1.825
Forluz - custeio administrativo	21.782	20.309
Resultado na desativação e alienação de bens	38.256	21.234
Agentes arrecadadores	87.792	78.328
Impostos e taxas	6.753	6.305
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável (2)	2.665	42.029
Multa Aneel (3)	29.296	-
Recálculo de indicadores por determinação da Aneel (4)	19.653	-
Outras despesas	15.217	5.200
	<b>298.633</b>	<b>297.567</b>

- (1) A partir de 1º de janeiro de 2019, os valores referentes aos arrendamentos e aluguéis passaram a ser registrados em conformidade ao IFRS 16 / CPC 06 (R2), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 2.2 e 15. A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos seus custos totais. Nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06.
- (2) As perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas) estão líquidas da reversão das provisões constituídas no exercício anterior.
- (3) Multa aplicada pelo órgão regulador decorrente de divergência do entendimento da metodologia de cálculo dos indicadores de qualidade.
- (4) Valores apurados após recálculo dos indicadores de qualidade referentes ao período de 2016 a maio de 2019. A partir dessa data, houve mudança da metodologia de cálculo dos indicadores, a fim de ajustar o entendimento da Companhia ao entendimento do órgão regulador. Esse valor corresponde à expectativa dos valores a serem devolvidos aos consumidores na fatura de energia, pendente de análise do órgão regulador.

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de aplicação financeira	36.058	19.046
Acréscimos moratórios de contas de energia	341.840	339.458
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	7.854	-
Variações monetárias	11.210	6.531
Variação monetária depósitos judiciais	19.916	3.777
Variação monetária - CVA (nota 13b)	105.402	62.023
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(51.221)	(28.177)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 9)	1.034.352	-
Outras	29.384	31.318
	<b>1.534.795</b>	<b>433.976</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(376.701)	(380.806)
Amortização do custo de transação (nota 19)	(25.737)	(12.606)
Encargos de variação monetária - Forluz	(40.637)	(49.342)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	-	(2.584)
Variações cambiais de Itaipu	(13.054)	(29.038)
Variação monetária - financiamentos e debêntures (nota 19)	(90.814)	(89.891)
Variação monetária de P&D e PEE	(17.021)	(17.851)
Variação monetária de arrendamentos (nota 16)	(26.018)	-
Outras variações monetárias	(7.545)	(1.835)
Outras	(34.879)	(36.921)
	<b>(632.406)</b>	<b>(620.874)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>902.389</b>	<b>(186.898)</b>

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Controlador</b>								
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (1)	345.929	244.960	-	-	166.263	163.152	-	-
ICMS - Antecipação (2)	-	-	-	-	-	10.902	-	-
<b>Cemig</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	7.234	20.268	-	-	(32.444)	(57.253)
Prestação de Serviços (4)	-	4.465	-	2.339	4.082	-	(1.693)	(18.172)
Operações com Energia Elétrica (5)	-	512	-	-	1.011	2.250	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	822.183	267.435	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	1.669	-	-	-	(7.479)	(663)
Operações com Energia Elétrica (5)	972	1.191	30.618	24.061	27.538	25.477	(270.418)	(248.199)
Mútuo Partes Relacionadas (6)	-	-	-	-	-	-	-	(9.263)
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.620	7.172	39.102	33.912	(82.449)	(78.159)
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	3.504	42.046	-	-	4.246	85.624	-	-
<b>Não circulante</b>								
Ressarcimento de Energia Descontratada (7)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	24.459	23.413	-	-	(217.358)	(202.301)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	924	885	-	-	(7.958)	(7.635)
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	7.268	6.835	-	-	(83.595)	(91.238)
<b>Axxiom</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de Serviço (8)	-	-	3.177	128	-	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (5)	-	-	567	544	4.916	4.151	(5.042)	(4.843)
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e Equivalentes	5.376	132.518	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	109.567	421.460	-	-	689	1.347	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (nota 19)	-	(13.015)	-	-	-	-	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	269	56.003	-	-	-	-	-	-
<b>Forluz</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	104.928	89.247	-	-	(122.713)	(119.671)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(52.794)	(52.637)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(21.782)	(20.309)
Arrendamento Operacional (12)	135.147	-	24.396	1.375	-	-	(37.060)	(30.421)
<b>Não circulante</b>								

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	1.740.177	1.266.798	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (12)	-	-	115.498	-	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	95.231	86.025	-	-	(164.333)	(134.087)
<b>Não circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	2.192.986	1.643.675	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 encontram-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Do total da dívida do Governo do Estado de Minas Gerais, R\$189.685 estão provisionados na forma de PECLD;
- Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais ocorrida em 2018;
- Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Referem-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme previsto no art. 28, §3º, I, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Cemig GT no montante de R\$630.000 liquidado em dezembro de 2018;
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela Selic, com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 31/12/2019 é R\$3.504;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 21);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 21).

## Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2019	2018
				Cemig D 4,42% (1)	Cemig D 24,47% (1)
ETAU (2)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	-	2.463
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	1.754
GASMIG	Nota Promissória	107,00% do CDI	25/09/2020	447	-
				<b>447</b>	<b>4.217</b>

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

(2) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

## Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	2019	2018
Remuneração	8.802	14.357
Participação nos resultados	2.065	2.127
Benefícios assistenciais	837	1.523
<b>Total</b>	<b>11.704</b>	<b>18.007</b>

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2019		2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	2	14.147	14.148	61.096	61.096
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia	2	2.912.869	2.912.869	2.885.896	2.885.896
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	422.034	422.034	244.960	244.960
Fundos vinculados	2	1.196	1.196	155	155
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	881.614	881.614	1.080.693	1.080.693
Reembolso de subsídios tarifários	2	93.673	93.673	82.470	82.470
Subvenção baixa renda	2	29.582	29.582	30.232	30.232
Depósitos vinculados a litígios	2	1.766.042	1.766.042	1.707.668	1.707.668
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada	2	3.504	3.504	45.550	45.550
		<b>6.124.661</b>	<b>6.124.662</b>	<b>6.138.720</b>	<b>6.138.720</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	41.574	41.574	358.548	358.548
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	13.900	13.899	147.372	147.372
Letras financeiras - bancos	2	82.203	82.203	252.367	252.367
Debêntures	2	15	15	4.133	4.133
		96.118	96.117	403.872	403.872
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	459.711	459.711	395.743	395.743
		<b>597.403</b>	<b>597.402</b>	<b>1.158.163</b>	<b>1.158.163</b>
		<b>6.722.064</b>	<b>6.722.064</b>	<b>7.296.883</b>	<b>7.296.883</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.794.922)	(5.794.922)	(6.263.408)	(6.263.408)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(410.343)	(410.343)	(472.349)	(472.349)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(398.584)	(398.584)	(273.462)	(273.462)
Fornecedores	2	(1.534.689)	(1.534.689)	(1.199.055)	(1.199.055)
Arrendamento	2	(221.194)	(221.194)	-	-
		<b>(8.359.732)</b>	<b>(8.359.732)</b>	<b>(8.208.274)</b>	<b>(8.208.274)</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

#### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 127,27% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,38% a CDI + 2,24%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

## b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2019		2018	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	4.478	18.051	6.695	25.936
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 17)	60.229	242.766	69.177	268.004
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>64.707</b>	<b>260.817</b>	<b>75.872</b>	<b>293.940</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar em relação ao Real em 31 de dezembro de 2020 será uma desvalorização de 0,76% (R\$4,00). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	Cenário base 31/12/2019	Cenário dólar R\$4,00	Cenário dólar R\$5,00	Cenário dólar R\$6,00
<b>Dólar Norte-Americano</b>				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	18.051	17.914	22.392	26.870
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 17)	242.766	240.917	301.146	361.375
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>260.817</b>	<b>258.831</b>	<b>323.538</b>	<b>388.245</b>
Efeito líquido da variação cambial		<b>(1.986)</b>	<b>62.721</b>	<b>127.428</b>

## Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2019. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2019	2018
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (nota 5)	41.574	358.548
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	110.265	464.968
CVA e outros componentes financeiros (nota 13)	881.614	1.080.693
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada (nota 27)	3.504	45.550
	<b>1.036.957</b>	<b>1.949.759</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	(2.164.083)	(3.673.054)
	<b>(2.164.083)</b>	<b>(3.673.054)</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>(1.127.126)</b>	<b>(1.723.295)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2020, a taxa Selic será de 4,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2019	31 de dezembro de 2020		
	Valor Contábil	Cenário Selic 4,2500%	Cenário Selic 5,3125%	Cenário Selic 6,3750%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (nota 5)	41.574	43.341	43.783	44.224
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	110.265	114.951	116.123	117.294
CVA e outros componentes financeiros - Selic (nota 13)	881.614	919.083	928.450	937.817
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada (nota 27)	3.504	3.653	3.690	3.727
	<b>1.036.957</b>	<b>1.081.028</b>	<b>1.092.046</b>	<b>1.103.062</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	(2.164.083)	(2.256.057)	(2.279.050)	(2.302.043)
	<b>(2.164.083)</b>	<b>(2.256.057)</b>	<b>(2.279.050)</b>	<b>(2.302.043)</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>(1.127.126)</b>	<b>(1.175.029)</b>	<b>(1.187.004)</b>	<b>(1.198.981)</b>
Efeito líquido da variação das taxas de juros		<b>(47.903)</b>	<b>(59.878)</b>	<b>(71.855)</b>

## Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2019	2018
<b>Ativos</b>		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*)	459.711	395.743
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M	422.034	247.010
	<b>881.745</b>	<b>642.753</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(3.618.880)	(2.552.141)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 21)	(410.343)	(472.349)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 21)	(398.584)	(273.462)
	<b>(4.427.807)</b>	<b>(3.297.952)</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>(3.546.062)</b>	<b>(2.655.199)</b>

(\*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2020, o IPCA será de 3,43% e o IGP-M de 4,88%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2019	31 de dezembro de 2020		
	Valor contábil	Cenário IPCA 3,4300% IGPM 4,8800%	Cenário IPCA 4,2875% IGPM 6,1000%	Cenário IPCA 5,1450% IGPM 7,3200%
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura - IPCA (*)	459.711	475.479	479.421	483.363
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (nota 27)	422.034	442.629	447.778	452.927
	<b>881.745</b>	<b>918.108</b>	<b>927.199</b>	<b>936.290</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(3.618.880)	(3.743.008)	(3.774.039)	(3.805.071)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 21)	(410.343)	(424.418)	(427.936)	(431.455)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 21)	(398.584)	(412.255)	(415.673)	(419.091)
	<b>(4.427.807)</b>	<b>(4.579.681)</b>	<b>(4.617.648)</b>	<b>(4.655.617)</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>(3.546.062)</b>	<b>(3.661.573)</b>	<b>(3.690.449)</b>	<b>(3.719.327)</b>
<b>Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M</b>		<b>(115.511)</b>	<b>(144.387)</b>	<b>(173.265)</b>

(\*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

## **Risco de liquidez**

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$295.838 e lucro líquido de R\$1.644.366. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

A Companhia estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.287	653.559	424.377	4.499.480	1.911.185	7.497.888
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	8.711	17.562	80.100	403.456	-	509.829
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.852	7.759	88.916	153.549	456.885	710.961
	<b>21.850</b>	<b>678.880</b>	<b>593.393</b>	<b>5.056.485</b>	<b>2.368.070</b>	<b>8.718.678</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.255.041	278.685	963	-	-	1.534.689
	<b>1.276.891</b>	<b>957.565</b>	<b>594.356</b>	<b>5.056.485</b>	<b>2.368.070</b>	<b>10.253.367</b>

## Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2019, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$731.518.



No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 30%	Entre 5,0% e 7,0%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo.
2. Os bancos A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

### **Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica**

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

### **Risco de continuidade da concessão**

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia e com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **Risco de antecipação do vencimento de dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 19.

### c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	19.649.855	14.274.721
Caixa e equivalentes de caixa	(234.346)	(451.304)
Fundos vinculados	(1.196)	(155)
<b>Passivo líquido</b>	<b>19.414.313</b>	<b>13.823.262</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.708.208</b>	<b>4.642.358</b>
<b>Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido</b>	<b>4,12</b>	<b>2,98</b>

## 29. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2019 a	US\$3.370	US\$34
	Responsabilidade Civil	29/04/2020	US\$14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2019 a 02/11/2020	R\$120.007	R\$117
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2020 a 08/01/2021	R\$744.134	R\$201
Equipamentos de telecomunicações (2)	Incêndios	08/07/2019 a 08/07/2020	R\$31.083	R\$28
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (3)	Total	07/12/2019 a 07/12/2020	R\$528.071	R\$695

(1) Valores expressos em R\$ mil ou US\$ mil;

(2) Nova contratação em processo administrativo;

(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função destes riscos.

## 30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a compra de energia elétrica e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.404.502	1.387.948	1.418.281	1.461.428	1.461.428	30.689.978	37.823.565
Transporte de energia elétrica de Itaipu	239.871	251.157	264.301	251.212	237.782	1.441.069	2.685.392
Compra de energia - leilão	3.291.704	3.433.541	3.521.711	3.601.320	4.034.986	55.236.849	73.120.111
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	325.568	324.687	324.687	324.687	217.408	143.871	1.660.908
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	284.104	277.881	280.072	287.736	290.089	6.079.189	7.499.071
Cotas de garantias físicas	796.440	796.440	796.440	796.440	796.440	16.725.233	20.707.433
	<b>6.342.189</b>	<b>6.471.654</b>	<b>6.605.492</b>	<b>6.722.823</b>	<b>7.038.133</b>	<b>110.316.189</b>	<b>143.496.480</b>

### 31. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior.

Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2019 até 27 de maio de 2020.

### 32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R\$20.661 e R\$28.458, respectivamente. Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Cemig

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de energia elétrica e consequentemente na receita de venda de energia e incremento na inadimplência, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas e eventos nas instalações da Cemig, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

\*\*\*\*\*

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Reynaldo Passanezi Filho**  
Diretor Presidente

**Dimas Costa**  
Diretoria Cemig Comercialização

**Maurício Fernandes Leonardo Júnior**  
Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**Ronaldo Gomes de Abreu**  
Diretoria Cemig Distribuição

**Daniel Faria Costa**  
Diretoria Cemigpar

**Paulo Mota Henriques**  
Diretoria sem denominação

**Luciano de Araújo Ferraz**  
Diretoria de Regulação e Jurídica

**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Carolina Luiza F. A. C. de Senna**  
Gerente de Contabilidade Financeira  
e Participações  
Contadora - CRC-MG 77.839

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Cemig Distribuição S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### *Créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins*

Conforme divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu em 2019 créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$ 4.926.364 mil decorrentes do trânsito em julgado da Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito desta a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, a partir de julho de 2003.

Adicionalmente, baseada na opinião dos seus assessores legais, a Companhia registrou passivo no montante de R\$ 3.037.989 mil, referente a parcela dos créditos que será restituída aos seus consumidores.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade do tema, a necessidade de julgamento por parte da Administração, o grande volume de documentação analisada, a existência de divergências entre as decisões judiciais e o posicionamento da Receita Federal quanto à metodologia de cálculo dos créditos em questão, assim como pela ausência de precedentes e posicionamento formal do órgão regulador (ANEEL) a respeito do período para determinação do montante e da sistemática de devolução dos créditos levantados aos consumidores.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para determinar o valor dos créditos a serem reconhecidos e a sua expectativa de realização, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores; (ii) testes de integridade e acurácia das informações utilizadas pela Companhia; (iii) confronto das bases de cálculo dos créditos levantados com controles auxiliares, registros contábeis e documentos fiscais; (iv) reprocessamento dos cálculos de atualização financeira; (v) envolvimento dos nossos especialistas de tributos na análise da decisão judicial favorável à Companhia, das conclusões e embasamentos legais apresentados nos pareceres dos seus assessores legais, incluindo aqueles que suportaram a determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores, assim como para nos auxiliar na avaliação das bases de cálculo, documentação suporte e atualização dos créditos

reconhecidos; e (vi) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins reconhecidos e respectivos valores provisionados a serem restituídos aos consumidores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios para determinar o valor dos créditos em questão e premissas significativas subjacentes à determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### *Infraestrutura da concessão*

Conforme divulgado nas notas explicativas 13, 14 e 15 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado ativo financeiro, ativo de contrato e intangível da concessão nos montantes de R\$459.711 mil, R\$740.044 mil e R\$8.938.620 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2019, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R\$936.332 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia que não será completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.



Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias e avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13, 14 e 15, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA022650/O-0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL



### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2019 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 19-03-2020. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2019, como também com base no Parecer, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 19-03-2019, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2020.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Marco Aurélio de Barcelos Silva

Rodrigo de Mesquita Pereira

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



### DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 891ª reunião de Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. – Cemig D, realizada em 09-03-2020, aprovamos a conclusão, em 09-03-2020, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2019; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

- aa.) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente  
Daniel Faria Costa – Diretor Cemigpar  
Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização  
Luciano de Araújo Ferraz – Diretor de Regulação e Jurídica  
Maurício Fernandes Leonardo Júnior – Diretor de Finanças e Relações com Investidores  
Paulo Mota Henriques – Diretor Cemig Geração e Transmissão  
Ronaldo Gomes de Abreu – Diretor Cemig Distribuição

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



### DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 891ª reunião de Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. – Cemig D, realizada em 09-03-2020, aprovamos a conclusão, em 09-03-2020, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2019; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

- aa.) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
- Daniel Faria Costa – Diretor Cemigpar
- Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
- Luciano de Araújo Ferraz – Diretor de Regulação e Jurídica
- Maurício Fernandes Leonardo Júnior – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Paulo Mota Henriques – Diretor Cemig Geração e Transmissão
- Ronaldo Gomes de Abreu – Diretor Cemig Distribuição

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 19 DE MARÇO DE 2020

#### INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

#### COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Márcio de Lima Leite, eleito em 24-04-2019 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

#### DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2019

No ano de 2019, o Comitê reuniu-se em 47 (quarenta e sete) ocasiões e mais 9 (nove) vezes no início do primeiro semestre de 2020, além de 4 (quatro) participações nas reuniões do Conselho de Administração. Foram realizadas 6 (seis) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2019 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2020. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 11 (onze) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

#### DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos-GC e, posteriormente, pela Diretoria Adjunta de Suporte na Gestão de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos-DPR CI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.



### **DA AUDITORIA INTERNA**

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

### **DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

### **DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2019, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

### **CONCLUSÃO**

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2019.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

### **COMITÊ DE AUDITORIA**

PEDRO CARLOS DE MELLO - Coordenador

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI – Membro

## ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 30 de abril de 2020, a proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2020, em milhares de reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$682.293 mil da Retenção de lucros do exercício de 2019.

Investimentos planejados para 2020	
Sistema elétrico de subtransmissão	546.933
Sistema elétrico de distribuição (média e baixa tensão)	952.759
Infraestrutura e Outros	194.815
	<b>1.694.508</b>